



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

DÉBORA FRANÇOLIN QUINTELA

As práticas de beleza femininas e a construção da subordinação

Brasília (DF)

2014

DÉBORA FRANÇOLIN QUINTELA

As práticas de beleza femininas e a construção da subordinação

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciência Política.

Orientadora: Professora Dra. Flávia Biroli

Brasília (DF)

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores de graduação por terem contribuído diretamente para minha formação profissional e pessoal. Sobretudo, agradeço à Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel, os maiores responsáveis por me guiar ao conhecimento que mudou minha vida: a teoria feminista.

À Flávia, minha orientadora, devo um agradecimento especial, pelos conselhos e comentários sempre gentis. Por sempre ter me tratado como igual em nossas discussões, pela confiança em minhas capacidades e os incentivos. Este trabalho é nosso.

À professora Danusa Marques pela generosidade de se dispor a participar da última, mas não menos importante parte deste projeto, a avaliação.

Agradeço à todos os amigos e familiares que estiveram comigo durante essa, que foi uma das etapas mais intensas da minha vida, e por todos os outros momentos.

À Felipe, amigo querido e convivência constante nesse período, com quem compartilhei diariamente os pavores da produção de uma monografia. Nós conseguimos!

À quem esteve ao meu lado nas celebrações e, principalmente, nos momentos de angústia, aguentando todas as minhas inevitáveis oscilações de humor.

Por último, agradeço aos meus pais, cujo apoio foi fundamental para chegar até aqui. Agradeço por terem sido os melhores exemplos que eu poderia ter, ensinando-me, na prática, que todo esforço é recompensado. A vocês devo tudo o que sou.

As práticas de beleza femininas e a construção da subordinação.

RESUMO

As práticas de beleza feminina se consolidaram, nas sociedades Ocidentais modernas, como um aspecto da diferenciação entre os gêneros feminino e masculino. Sendo assim, elas são um reflexo da desigualdade de recursos, materiais e simbólicos, entre os gêneros e um problema de natureza política. Através da revisão bibliográfica pretendeu-se analisar de maneira crítica as implicações dessas práticas para a construção social do gênero feminino. Entende-se que em uma sociedade hierarquizada em termos de gênero, certas práticas sociais não são reflexo da agência moral autônoma, mas, ao contrário, da internalização de padrões opressivos. Ao engajar-se nos cuidados com a beleza as mulheres não estariam exercendo seu direito de autodeterminação, mas o oposto, se conformando a sua subordinação. As práticas de beleza seriam uma forma de as mulheres afirmarem seu valor não para si, mas para os homens. Com o objetivo de testar empiricamente as interpretações teóricas sobre o tema, foram realizadas entrevistas de profundidade com dez mulheres, com posições sociais variadas em termo de escolaridade, faixa etária, raça e classe social. A partir das entrevistas, pretendeu-se verificar como as mulheres compreendem o impacto dos dispositivos da beleza em suas vidas, como eles atravessam suas vivências, organizam práticas e as constituem como sujeitos. A análise dos discursos resultou na constatação de que as práticas de beleza são, sobretudo, um benefício à condição política masculina, pois são a afirmação de sua dominação. Por esse motivo, acredita-se que os cuidados com a aparência perderão seu caráter ofensivo à igualdade de gênero apenas quando eles cessarem de definir socialmente o valor das mulheres.

Palavras-chave: *Gênero, Desigualdade de Gênero, Práticas de Beleza Femininas, Subordinação, Entrevistas.*

The female beauty practices and the construction of the subordination.

ABSTRACT

The female beauty practices have been consolidated, in modern Western societies, as an aspect of differentiation between genders male and female. Thus, they are a reflection of the inequality of resources, material and symbolic, between genders and a problem of political nature. Through literature review was intended to analyze critically the implications of these practices for the social construction of female gender. It is understood that in a gender hierarchical society, certain social practices are not reflective of autonomous moral agency, but rather, the internalization of oppressive patterns. By engaging in beauty care women would not be exercising their right of self-determination, but conforming to their subordination, instead. The beauty practices would be a way of women to assert their experiences not for themselves, but for men. Aiming to empirically test the theoretical interpretations of the theme, there have been conducted in-depth interviews with ten women with varying social positions in terms of education, age, race and social class. From the interviews, was intended to determine how women understand the impact of the devices of beauty in their lives, as they go through their life experiences, organize practices and constitute them as subjects. The discourses analysis resulted in the realization that beauty practices are mainly a benefit to male political condition, as they are an affirmation of their domination. For this reason, it's believed that appearance care will lose their offensiveness to gender equality, only when they cease to define socially the value of women.

Keywords: *Gender, Gender Inequality, Female Beauty Practices, Subordination, Interviews.*

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I - AUTONOMIA, PRODUÇÃO DE PREFERÊNCIAS E OPRESSÃO	10
CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO DA SUBORDINAÇÃO	25
2.1. As Práticas de Beleza.....	25
2.2. A Objetificação.....	36
CAPÍTULO III - ABORDAGEM EMPÍRICA	44
3.1. Orientações Metodológicas.....	47
3.2. As Entrevistadas.....	50
3.3. Análise dos Discursos.....	51
3.3.1. Beleza e Investimento.....	51
3.3.2. Beleza e posições no mundo do trabalho.....	55
3.3.3. O Valor da Beleza.....	59
3.3.4. O Sentido da Opressão.....	64
3.4. Conclusão.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
ANEXO I	78

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da constatação de que a desigualdade de gênero é um entrave à realização da democracia e de que ela é produzida e reproduzida a partir de diversas práticas sociais que assinalam a subordinação feminina. O tema a que este estudo se propõe abordar, dificilmente é interpretado como uma questão propriamente política fora da teoria feminista: as implicações das práticas de beleza feminina sobre a construção da igualdade de gênero.

Pretende-se, a partir desta monografia, argumentar que, ainda que gere estranhamento à primeira vista, essa é uma questão de caráter político, abrangendo temas fundamentais como igualdade, justiça e autonomia individual. Entende-se que assuntos como este, relacionados à desigualdade de gênero, exigem maior espaço dentro dos estudos de Ciência Política. Afinal, a igualdade é um dos princípios democráticos, e ela não será consolidada enquanto um gênero possuir o poder de controlar o outro – através do domínio sobre os recursos materiais e simbólicos.

A discussão geradora deste estudo é o potencial de efetivação da autonomia individual feminina nas sociedades contemporâneas. Através de pesquisa bibliográfica e empírica, propõe-se questionar em que grau as mulheres podem ser consideradas agentes morais capazes de formar preferências e tomar decisões de forma livre.

Argumenta-se nesta monografia, por meio da revisão da bibliografia, que os cuidados femininos com a beleza transcendem questões de mercado, de biologia, de vaidade, ou de escolha. Este tema merece ser inserido na Teoria Política porque as práticas femininas de beleza são uma consequência direta da internalização de padrões opressivos, que se dá a partir da socialização em um contexto que é desfavorável ao exercício da liberdade individual feminina. O que se pretende demonstrar é que as mulheres não desenvolveram naturalmente uma predileção por cuidar de suas aparências. Ao contrário, esse desenvolvimento se deu consoante a uma imposição do sistema de dominação masculina.

O presente trabalho foi dividido em dois momentos. O primeiro foi de caráter teórico, consistindo em análise do tema a partir da bibliografia já produzida, tanto pela teoria feminista quanto pela Ciência Política. Para o segundo momento foi proposta uma análise empírica do assunto. Por meio da execução de entrevistas qualitativas,

pretendeu-se verificar de que maneira os problemas construídos a partir do debate teórico estão presentes na realidade concreta das mulheres no Brasil hoje.

O percurso feito nesta monografia tem início com a análise de diferentes abordagens teóricas sobre a noção de autonomia individual, dando enfoque para a corrente da teoria feminista que interpreta a autonomia feminina como uma construção incompleta e desigual em relação aos homens. Para essa corrente, existe uma constante tensão entre a efetivação da autonomia individual e as relações de poder produzidas pelas estruturas sociais. Diferente do que prega a noção liberal de autonomia, para essa visão, em um sistema de dominação masculina a coerção direta não seria a única forma de constranger o exercício da autodeterminação feminina.

O ponto central discutido no primeiro capítulo deste trabalho é que a análise da autonomia individual deve, necessariamente, levar em consideração os padrões de socialização em que as preferências são produzidas. Assim como os recursos de que dispõe o indivíduo no momento da decisão. Entende-se que o que deve ser considerado na discussão sobre cuidados femininos com a beleza é o grau de autodeterminação disponível às mulheres em relação à preocupação com a aparência. Bem como os efeitos dos padrões vigentes e das formas de construção e naturalização do gênero que eles implicam. Compreendendo que a internalização das hierarquias de gênero se dá de forma que as preferências e expectativas pessoais das mulheres sejam construídas conforme o valorado e esperado de seu papel social de gênero.

Na segunda seção da revisão bibliográfica o foco de análise é a construção da subordinação feminina. A partir da perspectiva de autonomia imperfeita e desigual, discutida no primeiro capítulo, são analisadas as abordagens feministas que tratam das práticas de beleza femininas e da objetificação das mulheres. Na teoria feminista, ambos os elementos compõem e são consequências da posição de sujeição das mulheres nas hierarquias de gênero.

A “imposição” das práticas de beleza feminina seria uma arma política contra o avanço feminino no mundo público. Sua nocividade não estaria na definição de uma aparência, mas de um comportamento: a obediência. Quando as mulheres se sujeitam aos cuidados com a beleza elas estão, ainda que inconscientemente, sujeitando-se ao domínio masculino. Ao se engajar em práticas de beleza, a mulher não estaria exercendo seu poder autônomo de escolha, mas consentindo com a sua subordinação.

Os cuidados com a beleza são um dos aspectos de diferenciação entre os gêneros, marcando quem é o dominador e quem é o dominado. Quem vive para si e quem vive para provocar o desejo alheio. Através das práticas de beleza a mulher se adéqua aos desejos masculinos. Nessa conjuntura, apresenta-se o tema da segunda parte do capítulo dois desta monografia: a objetificação feminina.

A objetificação é uma forma de privação da autonomia feminina. A partir da perspectiva socialmente dominante, a masculina, o homem é definido como o sujeito e a mulher é definida como o objeto que existe em função de agradar o sujeito. O corpo da mulher é fetichizado de tal forma que qualquer meio de expressão social feminina deve despertar a excitação masculina.

A objetificação, assim como as práticas de beleza, reproduz e sustenta a hierarquização entre os gêneros, ao colocar as mulheres em uma posição subalterna: a de objeto cuja função é despertar o desejo sexual masculino. Portanto, a objetificação é mais uma forma de consolidar a posição social subordinada feminina.

A parte final deste estudo se propõe a verificar, empiricamente, o que foi exposto teoricamente pela revisão bibliográfica, disposta nos dois primeiros capítulos. Delineia-se um estudo de caso qualitativo baseado em entrevistas em profundidade feitas com um conjunto de dez mulheres de posições sociais variadas em termos de raça, renda, faixa etária e escolaridade.

Ao selecionar uma amostra de entrevistadas diversificada, procurou-se, além de constituir uma representatividade da população feminina, identificar se a internalização dos padrões de opressão, através das práticas de beleza, atravessam diferentes categorias de constituição dos sujeitos. Bem como verificar como as mulheres compreendem o impacto dos dispositivos da beleza nas suas vidas, como eles atravessam suas vivências, organizam práticas e as constituem como sujeitos.

As entrevistas não foram pensadas como uma forma de alcançar verdades irrefutáveis sobre a questão das práticas de beleza e a agência moral feminina, mas de ter uma percepção concreta de como as próprias mulheres percebem suas vivências relacionadas aos problemas discutidos na revisão bibliográfica.

Compreendendo-se a complexidade do tema abordado e a baixa produção de trabalhos acadêmicos sobre o mesmo no Brasil, pretende-se que este estudo possa contribuir para o entendimento da discussão, dentro da Ciência Política brasileira, das

práticas sociais que contribuem para a manutenção da desigualdade entre os gêneros. Entendendo-se que, desta forma, se está colaborando também para um dos temas centrais a essa ciência, a concretização da democracia.

CAPÍTULO I

1. AUTONOMIA, PRODUÇÃO DE PREFERÊNCIAS E OPRESSÃO.

A garantia da autonomia individual, enquanto ideal normativo, é um tema central à Teoria Política, por ser considerada um dos princípios da democracia liberal. Para a tradição liberal, a autonomia é entendida como autodeterminação. Ser autônomo significa agir de acordo com razões, motivos e valores próprios do indivíduo. É o princípio da soberania em relação a si e ao outros.

A autodeterminação deve se dar de forma livre de coerção, em oposição à autoridade, à tradição, ao paternalismo, ao perfeccionismo e, por fim, às pressões, influências e distorções por parte de outros agentes e de crenças e opiniões majoritárias (Dworkin, 2001, apud Biroli, 2013, p. 10).

Em sua obra “Autonomia e Desigualdades” (2013) Biroli faz uma síntese dos pensamentos de diversos teóricos liberais que tratam da importância da autonomia individual como ideal normativo. De acordo com a autora, Kant caracteriza a autonomia como a determinação racional dos seus próprios fins, em oposição à dominação como determinação heterônoma dos próprios fins. Enquanto, para Reath, a capacidade de agência moral é constituinte da dignidade humana. Sendo a subjugação e o domínio impedimentos a ela. Stuart Mill, por sua vez, relaciona o ideal da autonomia com a soberania sobre si e a liberdade. Como ideal político e social, a autonomia estabeleceria limites à ação tanto do governo, quanto de outros indivíduos, sobre a esfera individual de liberdade de cada um.

É um valor de referência no pensamento liberal, assim definido, além da garantia da liberdade individual, a garantia de igual consideração e respeito pelos indivíduos, enquanto estes exercem a autodeterminação. De acordo com o pensamento liberal contemporâneo, representado por Rawls e Ronald Dworkin, todos os indivíduos devem ser considerados como igualmente capazes de definir suas preferências e a forma que desejam viver suas vidas, e as instituições e normas devem garantir que essa igualdade seja possível (Biroli, 2013).

O problema da concepção liberal de autonomia é que ela torna a subordinação tolerável, ao considerar que todos os indivíduos são igualmente livres e capazes de fazer

escolhas. Conforme a Enciclopédia de Filosofia de Stanford¹, os primeiros estudos feministas tiveram dificuldade de trabalhar com a noção de autonomia da tradição liberal, por considerá-la uma concepção abstrata, que não leva em conta as relações sociais em que os agentes operam. Além disso, a crítica feminista alega que o ideal moral de autonomia foi concebido a partir de um ponto de vista masculino de individualidade. Contudo, feministas mais atuais vêm se esforçando para reabilitar o conceito de autonomia, partindo do entendimento de que ele seja necessário para a compreensão de problemas como a opressão de gênero. É, portanto, feita uma tentativa de tornar a noção de autonomia mais abrangente, incluindo também a perspectiva feminina.

De acordo com Biroli (2013), existe uma constante tensão entre a efetivação da autonomia individual e as relações de poder produzidas pelas estruturas sociais. As relações de poder entre os gêneros são desiguais pela própria natureza da construção social de gênero. Essa categoria tem como base a distinção biológica entre os sexos, a partir da qual a desigualdade de poder e de acesso a recursos é socialmente justificada. Em um contexto em que a igualdade formal e a realidade desigual coexistem, as possibilidades de efetivação da agência moral dos indivíduos é um problema central à prática e teoria democráticas.

Como mencionado acima, as críticas feministas à concepção de autonomia individual da teoria liberal enfocam, principalmente, na pretensa neutralidade do “indivíduo abstrato” considerado por essa teoria. Segundo Biroli (2013), essa pretensão limita o conceito de autonomia por não considerar as barreiras que certos grupos enfrentam quanto à realização de sua autodeterminação. Isso porque a igualdade formal, em uma sociedade constituída por relações de poder desiguais, não se reflete em uma igualdade de oportunidades, de garantias de direitos de fato e de igual participação nas esferas públicas e sociais. A realidade é opressiva para muitos indivíduos; homens e mulheres não são iguais em suas possibilidades de autodeterminação.

Mackinnon (1989) aponta que a posição da qual parte a conceituação do “indivíduo abstrato”, na tradição liberal, é a hegemônica. Em uma supremacia masculina, o elemento neutro é, na verdade, o homem, e a perspectiva feminina é constantemente excluída. Por isso, há a necessidade de abandonar essa pretensão e empenhar uma análise crítica do contexto e dos padrões de socialização em que as preferências são definidas.

¹ STOLJAR. Natalie, "Feminist Perspectives on Autonomy", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/feminism-autonomy/>. Acesso em outubro de 2014.

Conforme Biroli (2013), as preferências e escolhas são resultado de interações sociais complexas, sendo muitas vezes consequências da internalização de valores e práticas opressivas. Além de resultado das alternativas socialmente disponíveis e também das posições sociais hierarquizadas. Por isso, as teóricas feministas destacam a importância de analisar o processo de produção das preferências, e não apenas tomá-las como dado.

As abordagens liberais baseadas no ideal de autonomia como horizonte normativo, tomam como um dado as preferências que os indivíduos manifestam e sustentam como suas (Biroli, 2013, p. 24). No mais das vezes, a abordagem liberal sobre as preferências individuais é procedimental: neutra em relação ao conteúdo dessas preferências. Para que as escolhas dos indivíduos sejam validadas como autônomas é fundamental que elas tenham partido da autorreflexão dos valores e objetivos dos indivíduos e que o processo de decisão não tenha sofrido impedimentos ou interferências indevidas. No mais, não cabe julgamento sobre os valores que essas preferências expressam.

De acordo com essa abordagem, o igual respeito aos indivíduos, princípio democrático, incluiria o igual respeito às diversas formas de vida e às preferências individuais. As escolhas dos indivíduos devem ser consideradas autônomas sempre que elas sejam coerentes com suas perspectivas de vida.

A abordagem procedimental recebeu críticas das autoras feministas por não dar a devida importância à influência que os mecanismos de dominação e de opressão exercem sobre os indivíduos nas sociedades contemporâneas. A manifestação das preferências é importante, mas é ainda mais fundamental a análise do processo que antecede a manifestação das mesmas.

Do ponto de vista de Biroli (2013), esta seria uma concepção pouco exigente de autonomia. A única condição para uma preferência ser aceita como autônoma é que as escolhas sejam reflexivas e que não sejam tomadas em contexto de coerção. Mas a coerção direta é a única forma de ingerência sobre o processo de decisão de um indivíduo? É possível falar de liberdade individual em um contexto fortemente marcado pelas hierarquias sociais? Essa abordagem é limitada pela não consideração do contexto social e institucional em que as decisões são tomadas, nem dos padrões de socialização em que as preferências são produzidas.

Declara Sunstein: “O respeito por preferências que tenham resultado de condições iniciais injustas e que levarão à privação ou miséria humanas dificilmente parece o curso apropriado para uma democracia liberal”. (Sunstein, 2009, p. 226).

Biroli (2013) faz uma importante ressalva, necessária para a continuidade desta discussão, que é a relevância política da consideração das mulheres como um grupo social particular, na análise das relações de poder e das vantagens e desvantagens relativas a ele. Ainda que a categoria “mulher” diga pouco sobre como as formas concretas de desigualdade de gênero atingem cada mulher individualmente.

Não se considera adequado, nesse estudo, ignorar o impacto que têm diferenças como classe e raça nas experiências individuais das mulheres, tornando cada vivência particular. As mulheres, individualmente, experienciam formas diferentes de injustiças; o sexismo interage de formas complexas com outros sistemas de opressão. Não apenas a desigualdade de gênero afeta distintamente cada mulher, como muitas delas sofrem com outros tipos de discriminação social. Ainda assim, o gênero é um fator determinante da definição de todas as mulheres dentro das relações de poder. Segundo Biroli, as mulheres podem ser pensadas como uma categoria particular na análise das relações de poder e desvantagens relativas, porque as hierarquias de gêneros as posicionam, socialmente, de forma semelhante em relação a oportunidades e expectativas (Biroli, 2012, p. 17).

As mulheres não sofrem igualmente com os constrangimentos estruturais relacionados à desigualdade de gênero, mas todas elas os vivenciam, de alguma forma – através das expectativas sociais, oportunidades disponíveis, entre outros. Bell Hooks (1989) salienta a heterogeneidade das condições femininas em termos de classe e raça. Segundo a autora, o sexismo é uma forma de opressão específica, que está interligada a outras formas, como o racismo. Por esse motivo, o objetivo do feminismo não deveria ser acabar apenas com a opressão de gênero, mas ser uma luta que abarca diversidades, enfrentando todas as maneiras de forçar a subordinação de grupos. Isso porque nenhum indivíduo é composto por apenas uma identidade, nenhuma mulher é apenas mulher, todos os indivíduos são sujeitos completos que ocupam posições particulares na sociedade.

Para teóricas feministas que trataram da questão da autonomia individual como Phillips, Pateman, MacKinnon e Okin, entre outras, é imprescindível, para o real exercício da autonomia, que existam diferentes opções e possibilidades disponíveis no momento da escolha. O fator limitante que se coloca ao ideal normativo de autonomia liberal é que o contexto em que as preferências são formadas, assim como os recursos materiais e simbólicos

de que o indivíduo dispõe no momento da decisão, tem influência direta sobre as mesmas (Biroli, 2013).

Biroli (2013) se propõe a identificar quais são as barreiras impostas ao desenvolvimento da autonomia feminina, assim como analisar como se dá a tolerância social à subordinação e quais são os incentivos para tal. Afirma Stuart Mill que a complexidade da servidão feminina está no fato que esse modo de vida não é apenas imposto, mas também aprendido, além de estimulado por aqueles que usufruem dessa situação, os homens. (Mill, 1869, apud Biroli 2013, p. 25).

De acordo com Biroli, são três as principais críticas que podem ser feitas à noção de autonomia das abordagens liberais que partem da neutralidade dos indivíduos. Nessas abordagens, a definição de autonomia é:

1. Insuficiente: exige a ausência de coerção, mas não faz a crítica aos processos que levariam a internalizar valores que naturalizam desvantagens e desigualdades;
2. Obscura: exige a existência de alternativas socialmente disponíveis, mas não faz a crítica aos mecanismos estruturais que impedem as alternativas de serem efetivamente disponíveis;
3. Distorcida em seu foco: exige a autorreflexão, focando nos processos “internos” ou individuais de superação dos obstáculos à autodeterminação, mas desvia a análise do caráter intersubjetivo desses processos. (Biroli, 2012, p. 20).

Um indivíduo, para a crítica feminista, é sempre resultado de processos sociais. “Os horizontes individuais e as alternativas imaginadas pelas pessoas se definem em ‘relação ao que é percebido como possível’” (Phillips, 2007, apud Biroli 2013, p.48). Em um mundo determinado pelos papéis sociais e as hierarquias de gênero, o “horizonte do possível” feminino é sempre limitado e, assim, são também as suas possibilidades de escolha.

Ocupando posições sociais distintas, relacionadas com o poder de domínio sobre outrem ou à subordinação a outrem, homens e mulheres têm diferentes estímulos, alternativas, vantagens e desvantagens – determinadas pelos seus gêneros - ao definir suas preferências. Portanto, a “ausência de barreiras formais ou de coerção não corresponde a possibilidades iguais de autodeterminação para os indivíduos” (Biroli, 2013, p. 31).

Pateman (1985) também critica a noção de indivíduo abstrato da tradição liberal por ela não se atentar para o fato de que as condições de liberdade que os indivíduos detêm nos momentos de escolhas não são iguais. A liberdade não é garantida apenas pela ausência de coerção, mas pela capacidade efetiva de autogoverno.

Para Pateman (1985), existe diferença entre engajar-se ativamente em uma situação, criando livremente as relações e termos em questão, e consentir, entrando em arranjos e aderindo obrigações previamente estabelecidos (Pateman, 1985, apud Biroli, 2013, p. 41). As práticas de beleza, tratadas mais adiante neste estudo, entrariam na segunda categoria. Na interpretação de Pateman (1985), de acordo com Biroli (2013), um consentimento tácito, como é considerado pela tradição liberal quando trata do indivíduo abstrato, é diferente de um consentimento expresso, em que a recusa a consentir é efetivamente possível.

Por isso, Biroli (2013) alega a necessidade de se considerar tanto as condições em que as preferências foram produzidas e as escolhas tomadas, quanto as consequências desses atos. É essencial que sejam levados em conta o processo de socialização e os mecanismos de opressão que circundam os indivíduos e podem refletir nas suas escolhas.

Nesse sentido, as abordagens substantivas sobre a autonomia apresentam-se como uma alternativa às abordagens procedimentais, na análise das condições entendidas como necessárias para agência autônoma. Por levarem em consideração a existência e funcionamento de mecanismos de dominação (Biroli, 2013).

Para a visão substantiva, o foco de análise deve ser o conteúdo das escolhas dos indivíduos, o que está envolvido nas mesmas e suas possíveis consequências. É de central importância, para essa abordagem, a análise da internalização de normas e valores opressivos que fazem parte da socialização dos indivíduos e da ausência de alternativas efetivas e/ou a presença de constrangimentos estruturais, posto que esses são fatores que podem influenciar negativamente as preferências e decisões dos indivíduos. A dominação pode refletir na incapacidade dos indivíduos de avaliar quais são os valores e preferências propriamente seus, levando-os a perder a habilidade de se autorrepresentar.

Para Biroli (2013), o maior perigo desse tipo de abordagem é que a socialização e a opressão sejam consideradas tão determinantes na vida de certos indivíduos que comprometam a própria noção de autonomia. Ainda que seja necessária a consideração das opressões, essa não deve levar à deslegitimação da vivência dos indivíduos oprimidos. A restrição das alternativas disponíveis não elimina por total a agência moral desses sujeitos. Tomar isso como verdade é negar sua capacidade de autodeterminação. O respeito à autonomia individual é justamente um dos instrumentos para recuperar a agência de indivíduos que se encontram em situação de sujeição. (Biroli, 2013, p.42)

Parece crucial para a análise de Biroli sobre autonomia e agência individual, a constatação de que a autonomia se dá em graus variáveis e de que a autodeterminação nunca será perfeita (em relação ao ideal normativo). Todos os indivíduos que vivem em sociedade estarão, em algum momento, sofrendo algum tipo de constrangimento ao tomar suas decisões e formar suas preferências. Por isso, mais apropriado que atestar se um indivíduo possui ou não autonomia é analisar qual o seu grau de autodeterminação, como e em que grau a opressão e a dominação incidem sobre ele.

De modo similar, Phillips (2007) declara que autonomia não é um conceito de “tudo ou nada”, mas uma questão de grau. De acordo com essa visão existem diferenças nos graus de agência, autonomia e independência disponível e/ou desejado pelas pessoas, variando em cada sociedade e mesmo dentro de uma única sociedade. Com isso, ela afirma que o fato de uma pessoa ser influenciada por seu gênero ou classe não significa que ela não possui autonomia. Esse tipo de afirmação seria condescendente e estereotipada.

Por essa razão, a questão, para Biroli (2013), não é constatar se existe ou não autonomia, mas verificar a possibilidade de exercício da mesma. Coloca-se como fundamental a consideração de que, ainda que a agência seja sempre imperfeita, ela o é de maneira desigual. Incidindo de forma diferente sobre os indivíduos e grupos sociais, de acordo com a posição que eles ocupam na sociedade – sendo o gênero um dos determinantes dessa posição. Segundo Biroli (2013), a agência é imperfeita em dois sentidos: os indivíduos não são efetivamente iguais (ainda que o sejam formalmente); e os indivíduos não são definidos como agentes igualmente competentes, sendo desiguais as alternativas disponíveis para eles. Sendo assim:

- 1) Os indivíduos não são efetivamente iguais. O âmbito da individualidade e as possibilidades de autodeterminação são diferentemente delimitados, dependendo da posição social dos indivíduos. A igualdade universalizada pelos direitos enfrenta, na prática, formas de dominação, exploração e opressão que limitam as alternativas efetivamente disponíveis a alguns sujeitos. O processo de produção das preferências e interesses é supraindividual e remete às posições sociais ocupadas pelos indivíduos. Logo, as possibilidades de definir autonomamente as preferências e de agir com base nas mesmas dependem da posição social dos indivíduos. O que distingue as possibilidades disponíveis para os indivíduos não é somente a diferença entre eles, mas o acúmulo de desigualdades e desvantagens (Phillips, 2006, apud Biroli 2013, p. 49). Afirma Biroli que “formas estruturais de dominação e

opressão restringem a capacidade e as possibilidades do exercício da autonomia pelos indivíduos” (Biroli, 2013, p. 49-50).

2) Os indivíduos não são definidos como agentes igualmente competentes. Eles recebem diferentes estímulos/desestímulos que promovem um desenvolvimento diferenciado da capacidade de autodeterminação. Isso porque essa capacidade é socialmente significada. Um indivíduo que é interpretado, pela sociedade, como incompetente em autogerir-se passa a ter essa percepção de si. Esse é, portanto, um problema de socialização, de internalização da opressão e da subordinação, que expõe outra questão: a incorporação da perspectiva dominante (Biroli, 2013).

Bourdieu define como *doxa* o “senso comum” que todo campo desenvolve. Aquilo que não é cientificamente estabelecido, mas que é admitido como sendo como é. O *doxa* é aceito e legitimado no próprio campo em que ele se forma. É a partir dele que a vida social é regida, que é estabelecido o que tem valor e o que é válido, dentro dos interesses do campo social.

Segundo a análise de Biroli, seria efeito do *doxa*: “o reconhecimento do mundo – e das opções e formas de vida possíveis – a partir das categorias que esse mundo tornou disponível, como um desdobramento das disposições adquiridas e da condicionabilidade” (Biroli, 2013, p. 50).

Os seres humanos são seres que vivem em sociedade e se desenvolvem a partir do contato com outros seres e com os valores e significados constituídos pelas práticas sociais. Em um mundo dominado pelos homens, são eles que definem os valores e significados do mundo. Segundo MacKinnon (1989), as mulheres incorporariam as perspectivas masculinas no processo de produção e reprodução dos papéis de gênero “destinados” a elas. A internalização das hierarquias de gênero se dá de forma que as preferências e expectativas pessoais das mulheres estejam conforme o esperado de seu papel social de gênero.

Como mencionado anteriormente, teóricas feministas apontam que o problema da universalidade é que ela é apenas pretensamente neutra. De acordo com Phillips (2011), não existe um indivíduo neutro. Dessa forma, quando a teoria liberal referencia ao indivíduo abstrato ela está tentando apagar as diferenças entre os gêneros, assim como as diferenças de classes, entre outras. “A democracia liberal deseja ignorar (e o republicanismo cívico pretende transcender) todas as identidades e diferenças mais locais; na realidade, as duas tradições

insinuam o corpo masculino e a identidade masculina em suas definições da norma” (Phillips, 2011, p. 341).

Mackinnon (1989) afirma que o ponto de vista tido como “universal” é o ponto de vista da dominação. A supremacia masculina ocupa uma posição sistêmica e hegemônica na criação de valores e significados sociais, tanto para os homens, quanto para as mulheres. Devido à hegemonia do ponto de vista masculino, as mulheres teriam as condições para a construção de seu *self* prejudicadas. Afinal, tudo o que elas teriam acesso socialmente, suas referências, proveriam de uma posição social que não é a sua.

Biroli (2013) destaca o impacto que as formas cotidianas de opressão têm sobre as mulheres, no que diz respeito à formação das preferências e da tomada de escolhas. Devido à posição subordinada que ocupam na hierarquia de gênero, as mulheres possuem desestímulos/obstáculos ao exercício da autonomia que não são, necessariamente, restrições à liberdade ou controle direto. Por isso, há discordância com a definição liberal de autonomia em oposição à coerção.

Para a crítica feminista, a conceituação liberal de “coerção” não esgota todas as formas de limitação e constrangimento à autodeterminação de grupos sociais historicamente renegados à sujeição. As hierarquias de gênero são responsáveis por produzir preferências e identidades que reafirmam a dominação masculina sobre as mulheres e a vulnerabilidade relativa que essas se encontram (Biroli, 2012).

Biroli (2013) destaca que é imprescindível para o exercício da autonomia, enquanto autodireção, a garantia da liberdade positiva dos indivíduos, a qual depende da disponibilidade de recursos, materiais e simbólicos, para ser exercida. A análise da formação de preferências e da tomada de escolhas só é completa se considerar quais são os recursos de que o indivíduo dispõe, assim como os constrangimentos sociais que lhe estreitam as ações.

O conceito liberal de ausência de coerção e de intromissão externa (do Estado e de outros indivíduos), para Biroli, é necessário à noção de autonomia, mas não é suficiente. A ausência de obstáculos à liberdade não garante à ausência de constrangimentos que podem limitar as alternativas disponíveis aos indivíduos, ou a percepção que eles têm de quais são suas possibilidades de autodeterminação.

As escolhas de uma pessoa autônoma não devem ser apenas livres de obstruções (de outros ou de obstáculos internos), mas, para serem reais, essas escolhas devem estar socialmente, politicamente e economicamente a seu alcance. (Oshana, 2003, apud Biroli, 2013, p. 43)

Segundo a interpretação de Phillips (2011), a crítica feminista à neutralidade da tradição liberal acerca da natureza das decisões tomadas, se dá pela crença de que ela ignora o impacto de normas opressivas femininas e as preferências adaptativas geradas por elas. A autora caracteriza as preferências como aprendidas/ adaptativas: “as percepções do que é desejável têm de fundo o cenário do que parece possível e as escolhas são feitas a partir do que parece ser o leque de alternativas disponível” (Phillips, 2007, apud Biroli, 2013, p. 46).

Conforme essa interpretação, as preferências seriam reativas e socialmente orientadas; indivíduo e coletividade estariam conectados no processo de produção das mesmas. Como afirma Biroli (2013), o processo de produção de preferências não é isolado e individual, as preferências se adaptam às circunstâncias, principalmente, opressivas. As preferências adaptativas são diferentes das experiências transformadas pelo aprendizado e outros processos, porque elas são uma forma inconsciente de evitar efeitos desvantajosos da dissonância (Elster, 1983)

A análise de Cass Sunstein (2009) sobre a formação de preferências em contextos sociais de desigualdade é consoante com a análise feminista. Sunstein critica as abordagens que tomam as preferências “como são”, e não o processo de produção das mesmas. Assim como as teóricas previamente citadas, ele discute a questão da autonomia na produção de preferências e na tomadas de escolhas, considerando a posição social injusta ocupada por certos indivíduos em uma sociedade desigual.

Sunstein (2009) aponta que está na base da concepção moderna de governo liberal a compreensão de que os indivíduos devem ser livres para escolher como viver suas vidas de acordo com suas preferências. Nessa concepção, o Estado deveria garantir que os indivíduos formem preferências e concepções do “bem” privadas e que elas sejam respeitadas. O governo, por sua vez, deveria basear as suas escolhas políticas nessas preferências, promovendo, assim, o bem estar coletivo.

O problema, como discutido até aqui, é que essa é uma visão limitada da formação de preferências. Para começar, Sunstein (2009) argumenta que preferências não são fixas, mas endógenas, maleáveis, se adaptando a diversos fatores como a condição social, oportunidades, contexto cultural, leis existentes, entre outros.

Ademais, as opções já disponíveis aos indivíduos causam efeito na formação de preferências. Muitas vezes as preferências individuais são formadas a partir do que foi provido, em primeiro lugar, pela ação pública: “a alocação tem, portanto, um efeito sobre as

atitudes sociais em relação aos direitos relevantes e sobre sua valorização” (Sunstein, 2009, p. 224).

Sunstein afirma posição similar a de Phillips e Biroli ao colocar que as preferências não devem ser tomadas como de inteira responsabilidade dos indivíduos. Todos são influenciados pelo processo de socialização, internalizando valores e esforçando-se para corresponder a expectativas.

O autor concorda com as teóricas tratadas até aqui ao afirmar que pessoas em posições sociais discriminadas/injustas formam suas preferências a partir de e conforme essa posição. É complicado afirmar que, por exemplo, a preocupação excessiva com a aparência é uma preferência feminina, quando levamos em conta a posição subordinada que as mulheres ocupam na hierarquia de gêneros. Como reconhece MacKinnon (1989), as mulheres aprendem a se ver a partir do olhar masculino e a querer se conformar com o que é esperado delas pelos homens.

A possibilidade de formar preferências autônomas, argumenta Sunstein, deve ser questionada em uma sociedade desigual, em que existem relações de dominação e subordinação entre indivíduos. Decorre desse questionamento a discussão sobre quão justo e igualitário pode ser um governo que baseia suas decisões políticas em preferências formadas em um contexto de padrões sociais opressivos, sacrificando “importantes oportunidades de melhorias sociais sob critérios de bem-estar” (Sunstein, 2009, p. 227).

Como já foi abordado quanto às críticas às abordagens substanciais, o reconhecimento dos constrangimentos estruturais à agência dos indivíduos não deve levar, contudo, ao pressuposto de que as preferências produzidas nesses contextos são inválidas. Os próprios indivíduos são a fonte legítima de validação das suas preferências. Ainda que as formas de vida sejam socialmente causadas, cada trajetória individual é singular e deve ser valorizada e respeitada pelas experiências vivenciadas, pois são a partir delas que as identidades são construídas.

Por outro lado, as experiências singulares não devem ser tomadas como um valor *per se*, sem considerar o grau de autonomia usufruído nessas situações, posto que preferências aprendidas são um instrumento de reprodução das relações de poder. (Biroli, 2013)

De acordo com a análise de Young (2000), para entender os efeitos dos padrões de opressão e de desigualdades sobre a autonomia dos indivíduos, é necessário observar a tensa relação entre constrangimentos estruturais e vivência subjetiva (Biroli 2013). Young afirma

que as experiências, histórias e compreensões sociais são determinadas por um posicionamento social. A isso ela denomina “perspectiva social” (Young, 2006, p. 162). Seria a partir dessas perspectivas sociais que os indivíduos formariam sua compreensão de si e do mundo. Derivada e influenciada pela posição social que eles ocupam e da história das relações sociais entre grupos.

Afirma Biroli (2013) que, a partir da interpretação de perspectivas sociais, Young aponta a importância de valorizar as experiências específicas de cada indivíduo como politicamente válidas e mais, essenciais a uma forma de representação política que se pretende realmente plural. Mais uma vez, a constatação da opressão não deve ser significada como razão para a exclusão dessas experiências. A opressão, ainda que limite os indivíduos, não os define por completo. Eliminar as vozes dos indivíduos oprimidos do debate público seria oprimir duplamente, desvalidando o que eles têm de mais pessoal, suas experiências.

Um dos objetivos da crítica feminista com essa discussão é justamente o resgate das vozes femininas. Faz-se fundamental questionar o que é resultado da estrutura nas experiências consideradas como “tipicamente femininas”, pois é o questionamento que leva a superação da desigualdade de gênero. Porém, é necessário também conceber que é, em grande parte, a partir dessas experiências que as identidades femininas tomam forma. (Biroli, 2013)

Nos seguintes capítulos desse trabalho serão tratados dois temas que são socialmente definidores das identidades femininas. Tanto a objetificação sexual quanto a supervalorização dos cuidados com a beleza são exemplos de comportamentos considerados como tipicamente (por vezes, biologicamente) femininos. Podendo ser considerados, analiticamente, como aspectos da constituição social de um sujeito pela sua sujeição.

Como discutido até aqui, esses comportamentos são, na verdade, resultado da socialização e da internalização da opressão feminina. Ainda assim, são parte central da vivência das mulheres nas sociedades contemporâneas, o que os torna (ou deveria tornar) política e socialmente relevantes.

Essas experiências não devem ser automaticamente negligenciadas, é necessário o entendimento de que a gama de experiências disponíveis a um indivíduo está diretamente ligada à posição que ele ocupa em uma sociedade e que os papéis sociais de gênero são efeito da forma hierarquizada em que a sociedade está dividida. Por isso, as experiências tradicionalmente femininas devem ser consideradas, mas também questionadas enquanto

reprodutoras dos papéis de gênero e, portanto, um obstáculo à igualdade, à autonomia feminina e à justiça.

De acordo com Biroli (2013), a partir da definição de certas características como femininas (características essas que reforçam a sujeição), tanto o valor quanto a identidade das mulheres passam a ser resumidas a elas, socialmente. Com isso, as experiências e o desenvolvimento das mulheres são restringidos, estando sempre atrelados a esses atributos.

As mulheres que desejam ser valorizadas pela sociedade se veem obrigadas a conformar com identidades e comportamentos tradicionalmente esperados. De maneira que o conceito social de “feminilidade” torna-se um inconveniente à vida de mulheres que se pretendem livres e iguais aos homens, porque ele significa uma padronização de comportamentos. As formas de vida “femininas” estariam restritas àquilo que a perspectiva masculina define como tal, limitando as mulheres à experiências que reproduzissem seu papel social de gênero. Ou seja, acabam contribuindo para a manutenção da posição de subordinação das mulheres.

Considerando as análises feministas abordadas até aqui, uma escolha tomada em um contexto de possibilidades restritas, ainda que orientada por valores relevantes para o indivíduo em questão, não é, necessariamente, uma escolha autônoma.

Em uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero, muitas escolhas femininas que, à primeira vista, aparentam ser livres (não sofreram coerção), são, na realidade, efeito da falta de recursos, materiais e simbólicos, para o efetivo exercício da autonomia (Biroli, 2013) e reforços aos padrões de opressão. É o caso da “preferência” feminina pelos cuidados com a beleza ou a “escolha” de se portar como objeto sexual, decisões que podem conduzir ao controle masculino sobre as mulheres.

Sunstein (2009) afirma que o importante, para a efetivação do ideal democrático, não é que o governo apenas aceite e respeite todas as preferências privadas e aja de acordo com elas: “um sistema que tome as preferências como base da escolha política sacrificará importantes oportunidades de melhorias sociais sob critérios de bem estar” (Sunstein, 2009, p. 227). Apenas a liberdade formal não garante que todos os indivíduos realmente exercerão sua autonomia, “crenças privadas são adaptações a um *status quo* viesado” (Sunstein, 2009, p. 239).

Na concepção de Sunstein, são autônomas aquelas decisões tomadas com uma “percepção plena e vívida” das oportunidades disponíveis, em um contexto de acesso à todas

as informações relevantes, sem interferências excessivas ou ilegítimas no processo de formação das preferências (Sunstein, 2009). Justamente pela dificuldade de se garantir todas essas condições e a autonomia das decisões, Sunstein argumenta pela complexidade de se tomar as preferências como dadas como base para escolhas políticas.

Se for desejável manter a autonomia como ideal normativo é necessário o enfrentamento crítico da internalização da dominação, assim como do problema da disponibilização de recursos, materiais e simbólicos, que possibilitem o exercício de autodeterminação. Para tanto, é fundamental o abandono da abordagem de neutralidade e o combate à dominação e às desigualdades.

Sem a possibilidade de ação coletiva, o *status quo* pode parecer intratável, e o comportamento privado, e mesmo os desejos, se adaptarão a isso. Mas se as pessoas puderem agir em comum acordo, as preferências podem assumir uma forma muito diferente. (Sunstein, 2009, p. 233).

De acordo com Biroli (2013), o processo de formação das preferências femininas é restringido pela posição de subordinação que as mulheres ainda ocupam nas sociedades contemporâneas. Segundo Mackinnon (1989), contribui para a manutenção da hierarquização de gênero a consciência mistificada que as mulheres têm de si. Vivendo em uma supremacia masculina, baseada em relações de gênero assimétricas, as mulheres aprendem a se ver pelos olhos do outro, o homem, e a considerar suas possibilidades de vida a partir dessa visão. (Biroli, 2013)

A autora acredita que existe uma solução para a superação da subordinação feminina, que é a tomada de consciência das mulheres, enquanto grupo que compartilha experiências de opressão, das suas alienações em si mesmas. A igualdade de gênero seria alcançada através do reconhecimento de quão opressivas e violentas são as hierarquias de gênero e da valorização de certas experiências que as mulheres compartilham, que são efeito da sua posição social subordinada e da negação de suas subjetividades – o que ela chama de *conhecimento vivido*. (Biroli, 2013)

Conforme Biroli (2013), MacKinnon (1989) denomina esse processo de “ressignificação das experiências e identidades”, que é responsável por provocar fissuras na dominação masculina. A partir da tomada de consciência, as mulheres seriam capazes de formar uma perspectiva genuinamente feminina, possibilitando a construção autônoma dos seus *selves* e a concretização de sua agência autônoma.

Alega Biroli (2013), que se considerarmos que as preferências são adaptativas, como apontado por Phillips, em um contexto de mais igualdade e de horizontes de oportunidades mais amplos, as mulheres seriam capazes de abandonar sua visão estreita do mundo, ressignificar suas experiências e reestabelecer suas preferências de forma, possivelmente, mais autônoma.

Sob a ótica dos cuidados femininos com a beleza e da objetificação sexual, que serão discutidas à frente, podemos dizer que, se superada a concepção de que esses comportamentos são naturais ou inevitáveis à condição feminina (superação que se dá através da conscientização), pode haver uma transformação social a fim de que as mulheres tenham liberdade de fato para formar suas preferências e, assim, realmente escolher em que práticas desejam engajar-se, ou não.

Independentemente, enquanto o princípio democrático de igualdade não for efetivamente consolidado e as relações de poder entre os indivíduos ainda forem assimétricas, deve haver cautela ao se tratar da autonomia.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DA SUBORDINAÇÃO

2.1 As Práticas de Beleza

As implicações das práticas de beleza femininas sobre a luta política por igualdade de gênero é um problema tratado pela literatura feminista, mas que, até agora, pouco foi problematizado pela teoria política tradicional. As questões de gênero, de um modo geral, possuem um espaço reduzido nos estudos de Ciência Política. A beleza feminina, por sua vez, raramente é encarada como uma questão propriamente política. Na maioria das vezes, as práticas da beleza são interpretadas como uma questão de escolha, de mercado, que, portanto, nada tem a ser pesquisado dentro da teoria política.

Feministas como MacKinnon, Okin e Pateman propõem uma reconstrução do conceito de “político” – sendo o “político” o espaço em que a preocupação do Estado é legítima. Segundo essa concepção, a igualdade entre os gêneros não seria alcançada apenas com a extensão dos direitos políticos dos homens para as mulheres, como argumentam os teóricos liberais. A injustiça das leis repousaria no fato de elas terem sido criadas em um sistema de onipresente dominação masculina. Dominação que tem origem no mundo privado, a família, e se estende para as instituições políticas. Por isso, elas reivindicam a consideração de que o “pessoal é político”.

De acordo com essas teóricas, o problema da teorização liberal da dicotomia entre público e privado é que, na prática, não existe a total separação entre esses espaços, mas uma complexa interdependência. A separação conceitual acarreta a invisibilidade “pública” de questões femininas e de opressão, ocultas por trás de uma igualdade formal na esfera pública. Para a crítica feminista, a esfera doméstica exige os mesmos critérios de justiça democráticos que a esfera pública, pois o grau de liberdade em âmbito privado interfere no grau de liberdade em âmbito público.

Afirma Phillips (2011), que a distinção entre essas esferas tem como efeito a manutenção da subordinação política das mulheres. “Argumentos que desprezam a relevância política da esfera privada estão contribuindo para manter as coisas como estão, pois nos

encorajam a considerar que tudo vai bem, a despeito do que deveria ser considerado como grandes contradições” (Phillips, 2011, p. 349).

Além disso, o público teria sido estabelecido a partir de uma concepção masculina, renegando ao mundo privado muitas das questões femininas, como se elas não exigissem atenção pública. “Fazendo de conta que direitos iguais ao voto são tudo o que importa, recusa-se a envolver-se com as limitações impostas às mulheres por sua posição na esfera doméstica” (Phillips, 2011, p. 350).

Para superar as desigualdades e a injustiça política entre os gêneros, para essa corrente, se faz necessário abarcar na noção de política o que antes era renegado ao mundo privado. Constatar que as desigualdades e injustiças da esfera pública são continuções das desigualdades e injustiças originadas na esfera privada. Que a justiça só é alcançada em uma esfera quando ela também o é na outra, pois elas estão em permanente conexão. Uma mulher que não possui garantia de igualdade em sua vida privada, não terá recursos para se igualar ao homem em sua vida pública, em termos de poder e posição social.

De acordo com essa abordagem, temas envolvendo a vida “privada” feminina, como é o caso dos cuidados com a beleza, mas também da reprodução e da família, devem ser encarados como questões centrais à política, por envolverem a possibilidade de concretização da justiça e da igualdade entre os gêneros.

Teóricas feministas como Beauvoir (1949), Wolf (1991) e Jeffreys (2005) têm discutido as práticas de beleza femininas como uma imposição do domínio masculino e não, exclusivamente, como uma escolha pessoal. Sob a perspectiva de beleza como forma de controle feminino, as práticas de beleza mostram-se como um problema a ser estudado no âmbito de temas centrais à Ciência Política como democracia, igualdade e justiça.

Em “O Segundo Sexo” (1949), obra considerada inaugural do pensamento feminista moderno, Simone de Beauvoir examina o “tornar-se mulher”:

“Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (De Beauvoir, 1949, p. 9).

De acordo com a autora, as diferenciações entre os dois gêneros (denominação ainda não usada por ela, que trata de dois sexos, sendo o feminino o segundo, o inessencial) são desenvolvidas, principalmente, socialmente, tendo com base as diferenças biológicas.

Meninos e meninas teriam, naturalmente, visões similares de sua existência para si. A partir da socialização, contudo, ao menino seria ensinado o orgulho de sua virilidade, sua superioridade - ele é o essencial-, enquanto às meninas seria ensinado a passividade, o viver para outrem do ser inferior – ela é o inessencial.

De Beauvoir (1949) sustenta que a menina é socializada de forma a apreender que sua vida não possui objetivo para si, mas para o homem. Nesse contexto, a beleza feminina possui um papel central na concretização da submissão. Desde cedo, a menina é instruída, a partir do contato com seu principal brinquedo, a boneca, o valor da beleza, a necessidade de estar sempre arrumada para agradar o homem.

É, portanto, conforme essa visão, consequência da socialização e não da natureza que o homem apreende seu papel de dominante e a mulher aprende a ser um ser para o outro, a renunciar sua autonomia pelos homens, os senhores do mundo. E a valorização da beleza possui um papel central nesse ensinamento.

É verdade que os tempos em que Simone de Beauvoir escrevia eram outros, à época de sua obra (década de 40), ainda que já houvessem exemplos de mulheres “independentes” (sendo ela um desses), a grande maioria das mulheres ainda tinha sua vivência exclusivamente devotada ao homem e à família. Hoje, a condição feminina mudou. As mulheres possuem muito mais possibilidades e oportunidades de vida que outrora, não tendo mais suas existências resumidas, necessariamente, ao marido. Elas possuem mais liberdade para se dedicar às suas profissões e estudos, a realizar seus anseios particulares. Porém, as sociedades ocidentais ainda são baseadas em muitas formas de discriminação de gênero.

Declara Okin sobre essas sociedades:

“Dão mais importância à beleza, corpo e juventude nas mulheres, e à realização intelectual, habilidade e força nos homens. Esperam que as mulheres desempenhem, sem retribuição econômica, bem mais da metade do trabalho não pago relacionado ao cuidado da casa e da família, independentemente de também desempenharem um trabalho assalariado fora de casa; em parte por causa disso e em parte por discriminação no local de trabalho, as mulheres têm muito maior probabilidade que os homens de se tornarem pobres. Meninas e mulheres estão também mais sujeitas a muita violência (ilegal) por parte dos homens, incluindo violência sexual” (Okin, 2010, p. 363)

Ademais, ainda que as mulheres tenham entrado com força no mercado de trabalho e concorram de forma “igual” aos homens por empregos, são eles a maioria nos cargos de alto comando dos grandes órgãos e empresas, os com os maiores rendimentos (nas mesmas ocupações). Isso sem entrar no mérito da arena política formal, em que a presença feminina

ainda é irrisória, na grande maior parte do mundo². Em matéria de educação formal temos cada vez um maior equilíbrio entre homens e mulheres nas escolas. Aos poucos os homens vêm perdendo o caráter de chefes exclusivos das famílias, com cada vez mais mulheres trabalhando fora e assumindo o papel de provedoras. Métodos anticoncepcionais já são altamente difundidos e o controle da maternidade mais ampliado. Contudo, assimetrias persistem.

Pegando como exemplo as mulheres, o mercado de trabalho e a economia brasileiras: conforme dados disponíveis no *website* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996 20,81% dos lares tinha como chefe uma mulher, em 2012 esse número já havia aumentado para 37,4% dos lares. Por outro lado, segundo dados do mesmo instituto publicados em 2013, o hiato salarial entre homens e mulheres cresce de acordo com o nível de instrução, a favor dos homens. Mulheres com 12 ou mais anos de estudos recebem um rendimento que equivale a 66% do masculino. Além disso, a pesquisa apontou que as mulheres ainda trabalham menos horas no mercado formal de trabalho (eles trabalham, em média, 42,1 horas por semana, elas, 36,1 horas). Em compensação, elas fazem o dobro da jornada dos homens nos afazeres domésticos. Ou seja, os papéis sociais e desigualdades de gênero mudaram, mas não totalmente.

Nenhum avanço que tivemos até os dias de hoje, em prol das mulheres, é capaz de significar que alcançamos a igualdade de gênero, ou que os papéis de gênero foram completamente superados. As mulheres tiveram muitas conquistas em matéria de direitos e condições, mas, por vezes, elas ainda são consideradas/tratadas como se fossem cidadãs ou pessoas de segunda classe, em comparação com os homens.

Wolf (1991) trata da relação entre domínio masculino e beleza feminina a partir do que ela denomina “mito da beleza” - a necessidade artificialmente provocada de corresponder a um modelo idealizado de mulher. A partir de uma análise dos ideais de beleza feminina através do tempo, ela aponta que quanto mais barreiras o feminismo derruba, quanto mais as mulheres são capazes de conquistar em termos de igualdade, mais rígidos se tornam os ideais de beleza feminina. Com base nessa constatação, Wolf conclui que os padrões de beleza

² Nas eleições presidenciais de 2014, o Brasil presenciou um fato inédito, que vale a nota: três candidatas à presidência participaram dos debates presidenciais em termos de igualdade com os candidatos homens. E, por pouco, não tivemos um segundo turno disputado apenas por mulheres. Mulheres essas que se impuseram por meio de suas ideias, não de suas aparências físicas. Ainda assim, nessas eleições a porcentagem de mulheres na Câmara dos Deputados, por exemplo, se manteve na média usual de menos de 10% dos parlamentares eleitos (foram 9,9%) – ainda que elas já sejam mais da metade da população.

feminina nada mais são que uma arma política, empregada pelo domínio masculino do mundo, contra a evolução da mulher.

De acordo com Wolf (1991), o “mito da beleza” seria um substituto ao “mito da domesticidade feminina” como controle social. Com a conquista de maior independência feminina, ou seja, com o fim do “aprisionamento” das mulheres dentro da esfera privada, fez-se necessário criar outra forma de domínio sobre seus corpos. A feminilidade que antes era associada aos cuidados da casa, passou a estar intimamente ligada aos cuidados com a beleza. A mulher bem sucedida é a mulher que, acima de tudo, tem uma boa aparência.

A autora declara que o “mito da beleza” se constitui, no mundo Ocidental, como o último e mais arrojado conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino.

Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele³ expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriam (Wolf, 1991, p.15).

O “mito” teria, ao contrário do que se faz pensar, natureza exclusivamente social, sendo consequência da cultura, da economia e da estrutura do poder contemporâneo. Não tendo causa biológica, o “mito da beleza” é capaz de ser transformado de acordo com os interesses de quem o difunde, o domínio masculino, contra o avanço das mulheres.

A supervalorização da beleza feminina tem menos a ver com a aparência e mais com um comportamento desejado, a obediência. Menos a ver com as mulheres em si e mais com o poder institucional dos homens e os meios criados para mantê-lo.

De Beauvoir (1949) trata da beleza como a única virtude feminina realmente valorizada, “princesas ou pastoras, é preciso sempre ser bonita para conquistar o amor e a felicidade” (De Beauvoir, 1949, p. 33). Encontrar o amor e a felicidade correspondiam, à época da obra, conquistar um homem. Por isso, a beleza era uma obsessão para as mulheres.

As ideias expostas por ela se relacionam com a concepção de Wolf (1991) de um dos objetivos do “mito da beleza”: a identidade feminina deve ser tão atrelada a sua beleza que elas necessitam, constantemente, da aprovação externa. O amor-próprio feminino seria completamente exposto ao mundo, e dependente de sua aprovação. Para que as mulheres se sintam realizadas, seria necessário que elas fossem reconhecidas, por olhares externos, como tal. E esse reconhecimento vem de sua beleza muito mais que de sua personalidade.

³ O “mito da beleza”

Wolf (1991) explica que sempre foram exigidos das mulheres os cuidados com a beleza, mas que é a mulher moderna que sofre a pressão do “mito” de forma mais massiva. Isso porque ela está constantemente sendo comparada e cobrada pelo ideal de beleza feminino, através dos meios de comunicação e das tecnologias de produção em massa. Em substituição a todas as amarras que não faziam mais o mesmo efeito sobre os corpos das mulheres - após a segunda onda feminista - como os tabus, a religião, a gravidez compulsória e o trabalho doméstico, impôs-se uma nova ocupação inesgotável: os cuidados com a beleza. Com a impossibilidade de manter as mulheres afastadas do mundo público, foi criada uma nova forma de controle que é exclusivamente pessoal.

Através dos cuidados com a beleza foi construído um mundo feminino alternativo “com suas próprias leis, economia, religião, sexualidade, educação e cultura, sendo cada um desses elementos tão repressor quanto os do passado.” (Wolf, 1991, p. 20).

Em conformidade com essa visão, o “mito da beleza”, ao contrário do que se pode pensar, não é uma estratégia sexual, mas uma estratégia política. De forma a frear a “concorrência” feminina das mulheres liberadas pela segunda onda feminista, as instituições, dominadas por homens, encontraram um instrumento de controle que, ao mesmo tempo em que é bastante efetivo, dificilmente é percebido como obra masculina. Isso, porque os cuidados com a beleza foram inseridos na construção moderna de feminilidade de forma tão meticulosa que as próprias mulheres os percebem como algo próprio de sua condição.

Consoante com a visão de De Beauvoir que declara, em “O Segundo Sexo” (1949), que o tornar-se mulher se dá por meio da socialização, para Wolf (1991) também são a cultura e as práticas sociais que inserem na mulher a valorização da sua própria beleza. Não é naturalmente, mas socialmente, através da influencia do “mito da beleza” – que acompanha-a da infância à vida adulta- que a mulher aprende o “gosto” por ser bonita, assim como as vantagens de sê-lo. “A menina aprende que as histórias acontecem às mulheres ‘lindas’, sejam elas interessantes ou não. E, interessantes ou não, as histórias não acontecem a mulheres que não sejam ‘lindas’” (Wolf, 1991, p. 80). A mulher adulta, por sua vez, aprende a admirar as modelos “perfeitas” das revistas femininas, aspirando ser como elas.

O “mito da beleza” é um artifício político que, segundo Wolf (1991) impõe culpa às mulheres modernas, de que estejam exagerando em sua liberdade. Através da fixação de ideais de beleza praticamente inalcançáveis insere-se nas mulheres uma eterna insegurança de si e uma busca pelo aperfeiçoamento estético que nunca é finalizada.

A beleza se torna um propósito que exige dedicação de tempo, energia e dinheiro e que se impõe quase exclusivamente às mulheres⁴. Os incentivos à insegurança feminina (através dos padrões de beleza quase sobre-humanos), por sua vez, nada mais são que uma forma de manter as mulheres passivas ao controle masculino. Elas permitem ser controladas, porque não consideram a si mesmas boas o bastante. É, de certa forma, a reafirmação da inferioridade feminina: o feminismo fez com que as mulheres percebessem o seu valor como indivíduo, o “mito da beleza” as coloca de volta em sua posição secundária, de forma que aceitem a desigualdade de gênero. O que importa realmente para a sociedade não é a aparência da mulher, em si, mas que as mulheres se mantenham obedientes, permitindo que lhes digam como elas devem ser.

De acordo com a visão de Wolf (1991) o “mito da beleza” foi construído, portanto, com um propósito político claro: barrar o progresso feminino. Foi uma forma da estrutura de poder masculina se proteger dos avanços das mulheres e de sua exigência de acesso ao poder.

Às mulheres foi imposta uma jornada de trabalho a mais: o trabalho no campo da beleza. Não basta que uma mulher seja uma profissional competente, ela tem de ser uma profissional de boa aparência. Enquanto o status de masculinidade bem sucedida é concedido ao homem por meio do dinheiro, para a mulher ser bem sucedida, frente à sociedade, ela deve ser bonita.

A fixação da ‘beleza’ da década de 1990 foi consequência direta da ascensão das mulheres a posições de poder, além de representar um controle individual desta ascensão. As vitórias das ideologias da "beleza" nos anos 80 resultaram do temor verdadeiro, por parte das instituições centrais de nossa sociedade, do que poderia acontecer se mulheres livres avançassem livremente com seus corpos livres em meio a um sistema que se autodenomina uma meritocracia. (Wolf, 1991, p. 37).

Uma nova forma de controle feminino teve de ser pensada, de forma a manter o equilíbrio do sistema de dominação masculina.

Atesta Wolf (1991, p. 60): “Enquanto o sistema não conseguir desmoralizar as mulheres ao ponto de elas deixarem de ser uma competição, uma ameaça à forma como o mundo funciona e sempre funcionou, a beleza vai continuar a ser definidora”.

⁴ Em uma sociedade movida pelo consumo, como a Ocidental, gradativamente os homens também são atraídos a cuidar de suas aparências, gastando dinheiro, tempo e esforço com as mesmas. Segundo Bordo (1999), os homens sentem necessidade de moldar sua aparência conforme os ideais dominantes de masculinidade. Mas essa crescente preocupação com a beleza é criação/imposição do capitalismo de consumo, não do sistema de dominação de um gênero pelo outro, como é com as mulheres.

Devido a essa realidade, as próprias mulheres, para serem bem-sucedidas, aprendem a usar a supervalorização da sua beleza em benefício próprio, algo que não é necessário para um homem, que só precisa provar sua eficiência. A mulher entende que para ser a mais desejada e valorizada, dentro desse sistema, precisa aprender a vender o seu corpo, mais que suas capacidades. É sendo a mais bela que ela vai ser desejada nas áreas que mais recompensam as mulheres: as profissões de beleza (as únicas em que o rendimento feminino é maior que o masculino) e o casamento⁵.

Conforme argumenta Wolf (1991), as mulheres só vão ser capazes de abandonar a “tática da beleza” quando for alcançada uma verdadeira igualdade de oportunidades. Quando, assim como já é para os homens, o mérito bastar como critério para o sucesso, e a beleza deixar de ser um apoio feminino para a ascensão.

O “mito da beleza”, na análise de Wolf (1991), possui outra consequência interessante ao sistema de dominação: ele distancia as mulheres umas das outras. Em uma sociedade em que se é julgada pela beleza, toda mulher é uma possível concorrente da sua semelhante. Assim, ao invés de se organizarem contra as instituições que as controlam, e, dessa forma, unirem forças que as tornariam capazes de promover transformações, as mulheres se isolam. As injustiças se colocam como algo imutável e elas aceitam que essa é a natureza do mundo.

Jeffreys (2005) tem um posicionamento mais radical que Wolf. Ela sugere que as práticas de beleza são o aspecto mais importante da opressão feminina no Ocidente. Alega categoricamente que essas práticas não conferem às mulheres nenhum tipo de empoderamento, que a beleza não é um espaço para escolhas ou agência feminina e sim uma imposição do domínio masculino e, portanto, prejudicial às mulheres.

Segundo a autora, a diferenciação entre os gêneros é tão difundida e dominante, expressa nos comportamentos e práticas do masculino e feminino, que não faz sentido declarar que exista possibilidade de escolha nas práticas de beleza feminina.

⁵ A divisão sexual do trabalho, caracterizada pela “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, da apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticas, religiosas, militares etc)” (Hiratai e Kergoat, 2007, p. 132), resultou em uma vulnerabilidade maior das mulheres, que foram renegadas a profissões associadas, socialmente, a “talentos naturais” femininos (como as relacionadas ao cuidado e/ou afeto), ou ao trabalho exclusivamente doméstico. Sendo essas ocupações de menor prestígio social e, conseqüentemente, de menor rendimento. O casamento ainda é objetivamente buscado por muitas mulheres, mesmo aquelas que conquistaram maior independência, adentrando o mercado formal de trabalho, isso porque “as desigualdades continuadas na divisão do trabalho ainda condenam as mulheres a um papel político menor”. (Phillips, 2011, p. 349). Mesmo que tenham sido conquistadas igualdades formais, homens e mulheres continuam dispondo de recursos desiguais.

Com base em Andrea Dworkin (1974), Jeffreys (2005) afirma que práticas de beleza são danosas ao corpo, à autoestima e à vida das mulheres. Isso porque são as normas de beleza que definem a relação que os indivíduos têm com seus corpos, e, no caso das mulheres, estabeleceu-se que nenhuma parte de seus corpos está livre de transformações que visem o embelezamento. Mulheres nunca são tão suficientemente boas que não possam ser aperfeiçoadas.

Sobre a beleza, alega Dworkin: “é a principal substância de diferenciação do papel masculino-feminino, a mais imediata realidade física e psicológica de ser uma mulher”. (Dworkin, 1974, apud Jeffreys, 2005, p. 7).

As práticas de beleza seriam responsáveis por criar e marcar a diferença entre os gêneros. E mais: diferenciar a classe dominante (masculina) da classe subordinada (feminina).

Segundo Jeffreys, em uma cultura de dominação masculina é essencial que a diferença seja publicamente evidenciada, de forma que ela seja, assim, reconhecida como verdadeira.

As mulheres são requeridas a praticar a feminilidade a fim de criar a diferença/deferência sexual. Mas a diferença é de poder, e a feminilidade é o comportamento exigido da classe subordinada das mulheres, a fim de mostrar a sua deferência para com a classe dominante de homens. (Jeffreys, 2005, p. 24).

A diferença entre os gêneros não é um dado biológico, mas resultado de uma construção social e cultural, que serve a fins políticos. Jeffreys (2005) declara as práticas de beleza como uma ideologia (ideologia considerada como reforço às relações de poder) de subordinação feminina, à que as próprias mulheres aderem apaixonadamente a partir da apreensão cultural e interação social.

Graças a essa ampla aderência, uma característica de origem social passa a ser considerada natural. Assim, as práticas de beleza compõem o conceito de “feminilidade” na sociedade moderna. As mulheres aprendem a se comportar como grupo subordinado, diferenciando-se dos homens por serem elas muito preocupadas com a beleza, e agradando a eles (classe dominante) por assim serem.

É a percepção da diferença entre gêneros como algo biológico que torna tão complicado o reconhecimento de que homens e mulheres ocupam posições políticas desiguais, de dominação e subordinação (Jeffreys, 2005)..

Na concepção de Jeffreys (2005), as práticas de beleza ocidentais deveriam estar enquadradas no que a Organização das Nações Unidas (ONU) classifica como “práticas culturais danosas” – esse conceito teria origem na preocupação da ONU de identificar e eliminar formas de danos a mulheres e crianças que não se enquadram facilmente na estrutura dos “direitos humanos” (ONU, 1995 apud Jeffreys, 2005, p. 28) – mesmo que elas variem no extremismo de seus prejuízos as mulheres.

Jeffreys (2005) aponta que ainda que esses conceitos sejam facilmente empregados em situações externas ao mundo ocidental, como a obrigatoriedade do uso de véu em países islâmicos, ou na mutilação genital feminina em países africanos, há dificuldade em reconhecer que no Ocidente também existem práticas de beleza que são danosas às mulheres. E mais: que essas práticas femininas não podem ser justificadas como uma simples “escolha” do consumidor, ou que essa é a lei do mercado, pois o que as mulheres fazem, através dessas práticas, é se adequar aos desejos masculinos.

O objetivo da conceituação da ONU é justamente que práticas culturais discriminatórias, tidas como naturais, sejam submetidas à crítica, de forma a reconhecer que essas práticas não são inevitáveis, mas reflexos da dominação masculina. Segundo Jeffreys (2005), esse é exatamente o caso das práticas de beleza femininas, que, assim como as práticas culturais, são o principal instrumento pelo qual a diferença entre os sexos é criada e mantida.

Tomando como base o conceito de “práticas culturais danosas” da ONU, ela inicia sua explicação. As práticas de beleza criam estereótipos de gênero, colocando as mulheres como objetos sexuais e de beleza, que devem gastar tempo e dinheiro para se manterem como tais, para a satisfação dos homens.

É evidente que essas práticas não são naturais, mas desenvolvidas culturalmente. A questão é que a cultura ocidental não exige do homem que ele agrade a mulher através da beleza, porque não são as mulheres a classe dominante.

Jeffreys aponta: “todas as práticas exigidas de uma classe sexual, ao invés da outra, devem ser examinadas pelo seu papel político na manutenção da dominação masculina”. (Jeffreys, 2005, p. 30)

Os prejuízos das práticas de beleza ocidentais podem não ser tão evidentes quanto os exemplos orientais, o que não significa que eles não devam ser considerados, principalmente pelos seus efeitos psicológicos. Essas práticas possuem, sobretudo, a consequência de

constituir a construção de uma feminilidade subordinada. A partir delas as mulheres se mostram, e são mostradas, como membros de uma classe subalterna que existe para o encantamento masculino.

O valor das mulheres é reafirmado, através das práticas de beleza, como inferior aos homens. Eles existem para si, elas existem para eles. E essa condição independe da época, as práticas de beleza podem mudar, mas sempre transmitem os mesmos valores e crenças em relação à subalternidade da mulher. Justamente por persistir através do tempo, essas práticas passam a ser enxergadas como traço natural da feminilidade, o que, como já foi visto com Wolf (1991), é uma das condições para que elas não sejam questionadas e, assim, mudadas.

Jeffreys (2005) salienta o alcance da naturalização cultural das práticas da beleza e da pressão que elas exercem sobre as mulheres ao argumentar que não existe agência feminina no engajamento nas mesmas. Ainda que muitas mulheres afirmem que se beneficiam com essas práticas, que as praticam por escolha de agradar a si mesmas, elas, na verdade, não conseguiriam enxergar a sua subordinação. As práticas de beleza são, sobretudo, um benefício à condição política masculina, pois são a afirmação de sua dominação.

Aos homens é oferecida a liberdade de escolha. Homens podem ter a aparência que bem entenderem, sem serem julgados por isso; mulheres não. E isso é uma prova de a quem o mundo pertence. Segundo Jeffreys (2005), o uso da maquiagem no Ocidente, assim como acontece com o uso do véu entre islâmicas, é uma demonstração da falta de empoderamento feminino. As mulheres não são aceitas como iguais, como elas deveriam ser, por isso, elas não podem se mostrar como iguais. O homem se mostra como é, a mulher se esconde atrás da boa aparência, condição para que faça parte de seu mundo. É uma acomodação à dominação.

Jeffreys (2005) cita Ruth Lister (1997), que alega que: o trabalho extra que as mulheres têm com a beleza, os efeitos dessas práticas nas possibilidades que elas têm de ocupar os espaços públicos, de sentir sobre si mesmas e de intervir na vida pública, prejudicam mesmo os seus status de cidadãs. Ao mesmo tempo, tudo isso ampara a cidadania masculina, preservando o papel central do homem na sociedade.

Jeffreys (2005) conclui alegando que um governo que pretenda acabar com a discriminação de gênero deve, se não acabar com as práticas de beleza danosas às mulheres, ao menos, criar formas de aliviar a pressão cultural em cima de suas realizações. Dessa forma, combater a criação de diferenças sexuais e eliminar a concepção cultural de que as mulheres servem apenas para servir aos homens, que são as raízes da desigualdade de gênero.

O último ponto a ser mencionado é que, em uma sociedade de capitalismo de consumo, como as sociedades ocidentais modernas, as práticas de beleza também possuem um valor econômico. Atesta Wolf (1991) que um dos efeitos da redução na autoestima que o “mito da beleza” causa nas mulheres é a geração de altos lucros para as empresas do ramo da beleza. O mercado da beleza lucra ao ditar que as mulheres devem ser magras e ofertar produtos e aparelhos de ginástica que as façam emagrecer. O mercado da beleza lucra ao ditar que o “belo” é o jovem e vender cosméticos que prometem o rejuvenescimento da pele madura. O mercado da beleza lucra ao estabelecer qual a roupa, a maquiagem, o corpo e o tratamento estético da vez, diversas vezes por ano.

Em uma sociedade em que as mulheres nunca estão satisfeitas com a sua aparência, mas estão sempre em busca de aperfeiçoá-la, consumindo produtos que prometem fazê-lo, os lucros da indústria da beleza estarão sempre em ascensão. Através da publicidade massiva, o mercado da beleza está constantemente afirmando o aperfeiçoamento estético, e oferecendo os meios para tal. Com isso, ele se mantém em permanente expansão e elevado rendimento.

2.2. A Objetificação

A objetificação sexual feminina, por parte dos homens, é um problema central à teoria feminista. Segundo a conceituação de Dworkin (2000):

A objetificação ocorre quando um ser humano, através de meios sociais, é feito menos que humano, transformado em uma coisa ou mercadoria, comprado e vendido. Quando a objetificação ocorre, uma pessoa é despersonalizada, de modo que nenhuma individualidade ou integridade esteja disponível socialmente ou em o que seria uma privacidade extremamente circunscrita. A objetificação é uma lesão diretamente no coração da discriminação: aqueles que podem ser usados como se não fossem plenamente humanos deixam de ser plenamente humanos em termos sociais; sua humanidade é ferida ao ser diminuída (Dworkin, 2000, p. 30–1).

De acordo com Dworkin (1981), a objetificação sexual estaria fortemente associada com a desigualdade de poder entre os gêneros e a supremacia masculina. O homem, a partir de cada uma e de todas as suas instituições, forçaria a mulher a se conformar com seu papel de objeto sexual. O corpo feminino seria completamente fetichizado, de forma que a mulher não tivesse qualquer forma de expressão na sociedade que não servisse à excitação sexual masculina.

Dworkin alega que a formação social do homem requer que ele aprenda que, para manter seu poder, ele deve ser indiferente ao destino da mulher. Que ele aprenda a enxergá-la como um objeto que serve à sua satisfação, assim como os outros objetos inanimados à sua volta.

A objetificação sexual feminina, para autoras como Dworkin, MacKinnon e Jeffreys, é fator essencial para a manutenção da supremacia masculina. Os homens veem e tratam as mulheres como objetos para que elas sejam controláveis como tais. O controle sobre os corpos e mentes femininos é necessário para que os homens não percam seu poder sobre as mulheres nas esferas sociais, como a política e a economia.

Para Dworkin (1981), o fato de as mulheres serem vistas como objetos para a satisfação masculina resulta em que elas sejam usadas e valoradas como propriedades. Decorre disso, que os homens passam a se ver como pessoas autênticas e ver as mulheres como objetos usados por eles, para que reafirmem, a partir do uso, o seu poder e presença. A mulher, usada como propriedade, seria a afirmação do domínio do homem sobre o mundo, sendo necessária também para a autoafirmação masculina como sujeito.

Segundo Dworkin (1981), as mulheres, enquanto objetos, têm a sua existência resumida a se tornar o que os homens desejam usar para, então, serem usadas como eles desejam usá-las. A autora afirma que as mulheres são constituídas socialmente de forma a provocar o desejo masculino, o objeto provoca a sua utilização como tal. A mulher provoca por ser como é, e a sua forma é determinada por aquele que é provocado, o homem. A sua forma é moldada de forma que ela seja exatamente o que ele quer usar.

A beleza feminina, tratada no capítulo anterior, seria uma forma de provocação do objeto para ser usado. Os padrões de beleza são ditados pelo que atrai o homem, o que lhes desperta o prazer sexual. De acordo com Dworkin (1981), as ideias masculinas sobre a beleza feminina determinariam as qualidades e limites da vida de uma mulher, forçando-as a conformar com requerimentos específicos da “beleza ideal”. Isso porque o desejo, o amor, ou mesmo a obsessão pelo objeto, seriam vistos como uma resposta às qualidades que o objeto possui. Como a primeira impressão que se tem de um objeto é a sua forma, as mulheres devem ser capazes de provocar através de suas aparências o desejo masculino de usá-las.

As ideias a respeito da beleza feminina sempre vão mudar, a constante é que as mulheres sempre devem corresponder à definição masculina de objeto. O objeto sempre deve ser o que espera-se que ele seja, o seu comportamento e sua forma devem se adequar à sua

função. Como tratado anteriormente, mais importante que a forma que a mulher assume, o modelo de beleza ideal da vez, é que ela assegure, ao adequar sua aparência ao desejo masculino, a sua obediência. Confirmando, assim, a sua sujeição ao sistema de dominação masculina.

Dworkin é enfática ao declarar que “o comportamento inapropriado arruína a beleza feminina” (Dworkin, 1981, p. 116). Uma mulher que tenta ser além de um objeto sexual, não só está fugindo da sua função de provocar prazer, como está afrontado as amarras que a supremacia masculina impõe sobre seu corpo. Com isso, ela perde o seu valor aos olhos do homem e, logo, socialmente.

De acordo com Dworkin (1981), a beleza feminina é usada como justificativa para defender a procura masculina por objetos que os façam sentir o seu próprio poder. A objetificação seria justificada como um reconhecimento da beleza feminina. Com base nesse argumento, beleza e objetificação se conectam. Os padrões de beleza passam a ditar, a partir da perspectiva masculina, como o objeto precisa ser para ser desejado. Com o poder de determinar o que é o “belo”, a supremacia masculina mantém as mulheres controladas, em uma eterna busca de se tornar o que o seu “usuário” deseja.

Na interpretação de Dworkin (1981), a objetificação é um sistema de valores, conduzido pelo masculino, não apenas como se fosse sua natureza, mas como a natureza em si. Define o homem em oposição à algo que ele quer dominar e conquistar. Por isso, o primeiro alvo da objetificação é sempre a mulher. É em oposição ao outro gênero que o homem prova para si e para o mundo o seu poder. Sem a mulher como fetiche o homem teria dificuldades em experienciar sua própria individualidade e, mais que isso, sua superioridade sexual.

Assim como Simone de Beauvoir, em “O Segundo sexo” (1949), Dworkin (1981) atesta que não se nasce mulher, mas sua visão é mais pessimista. A mulher seria construída socialmente, e em sua construção a mulher teria sua humanidade destruída, porque ela não é feita para ser um sujeito, mas um objeto para a satisfação de outrem.

MacKinnon (1987) interpreta a sexualidade como o processo social por meio do qual as relações sociais entre os gêneros são criadas, organizadas e expressadas, definindo o que é o homem e o que é a mulher perante a sociedade. A sexualidade seria a construção social do poder masculino, sendo definida pelo homem e forçada sobre a mulher. A sexualidade, portanto, representaria a base para a dominação masculina e subordinação feminina.

A autora compara a teoria feminista à marxista ao colocar que a sexualidade é para a primeira o que o trabalho é para a segunda. Ou seja, o que é mais próprio de cada um e que, segundo a teoria, é o mais tirado de cada um. É através desse aspecto que se torna quem se é, mas também através dele que se é controlado.

Em argumentação semelhante, Bartky (1990) aponta que tanto com os trabalhadores quanto com as mulheres a alienação ocorre por meio da fragmentação. O trabalhador, na teoria marxista, é alienado quando ele é distanciado do produto de seu trabalho. As mulheres, em sociedades patriarcais, seriam alienadas ao serem identificadas com seus corpos a tal ponto que pouco se tem consciência de suas mentes e personalidades. A alienação se daria por meio da fragmentação entre corpo e mente. A mulher objetificada é aquela que é representada como apenas um corpo incumbido de gerar o desejo e o prazer masculino.

A supremacia masculina é determinada pelo acesso dos homens ao dinheiro, à educação, ao discurso e o acesso sexual às mulheres. Sob a supremacia masculina a mulher se torna o objeto sexual universal, o acesso à mulher define a masculinidade e a objetificação define a feminilidade, socialmente. (MacKinnon, 1987)

Objetificação sexual, na conceituação de MacKinnon (1989), corresponde a “ter um significado social imposto sobre o seu ser que te define como algo para ser usado sexualmente, de acordo com os desejos de seu usuário” (MacKinnon, 1989, p. 140).

Para ela, a objetificação é o processo primário da construção da subordinação feminina. É ela quem define o lugar das mulheres na sociedade não apenas como diferentes, mas como inferiores. Esse lugar não é escolhido ou resultado da biologia, na visão de MacKinnon, mas forçado socialmente.

De acordo com essa interpretação, a sexualidade é a responsável por construir as mulheres como objetos para a satisfação masculina, criando não apenas o desejo no homem de dominar, mas o desejo na mulher de ser dominada⁶. Através da reprodução dos papéis sexuais se produz e reproduz os papéis sociais de cada gênero.

MacKinnon (1989) ressalta que o masculino e o feminino, enquanto gêneros, são conceitos sociais e políticos, não atributos biológicos e naturais, como o sexo. Uma forma de verificar que a divisão entre gêneros é uma divisão de poder seria a constatação de que a experiência sexual feminina é a objetificação. E que ela é sinônimo do pertencer ao gênero

⁶ Cudd (2006, p. 181) define como “desejo deformado” o fenômeno por meio do qual o indivíduo oprimido vem desejar o que é opressivo para ele. Disponível em: < <http://plato.stanford.edu/entries/feminism-autonomy>>. Acesso em outubro de 2014.

feminino, enquanto pertencer ao gênero masculino significa ser o objetificador, o que domina sexual e socialmente.

A autora afirma que em uma supremacia masculina, como a que vivemos, a perspectiva masculina é sistêmica e hegemônica. Devido ao poder masculino é a perspectiva masculina, e não a feminina, que define (social e politicamente) o que a mulher deve e pode ser. E é a partir do ponto de vista masculino que as mulheres codificam suas experiências.

É possível relacionar essa concepção de MacKinnon (1989) com a discussão que foi feita sobre autonomia e formação de preferências no primeiro capítulo deste trabalho. Quando a autora declara que é a perspectiva masculina que define as possibilidades de vida da mulher, ela evidencia o que foi tratado anteriormente sobre a autonomia feminina.

Em uma supremacia masculina a mulher não é um indivíduo suficientemente autônomo, as preferências e escolhas disponíveis a ela são restringidas pela sua posição social subordinada. As mulheres não se portam como objetos como efeito de uma preferência autônoma, mas sim como resposta à internalização da opressão e a socialização em um contexto desigual. O papel de objeto sexual foi o papel imposto pelas estruturas opressivas às mulheres, com o objetivo de manter o controle masculino sobre elas e, portanto, a posição superior dos homens na hierarquia social.

Segundo MacKinnon (1987) não são as imagens que os homens possuem das mulheres em suas cabeças que as tornam excluídas socialmente, mas o fato de que é a concepção que os homens têm do que é feminilidade que define o que é a identidade feminina socialmente.

Biroli (2013) alega que a capacidade de escolha e de produção de preferências está intimamente ligada ao acesso a recursos simbólicos e materiais. Em uma sociedade marcada pelas hierarquias de gênero e a subordinação feminina, as preferências e identidades produzidas são uma reafirmação da dominação masculina. É porque os homens detêm o poder e o controle dos recursos que os pontos de vista deles moldam a realidade.

As alternativas de vida disponíveis às mulheres são aquelas que a dominação masculina tornou disponível, ou seja, as que conformam com a sua perspectiva do desejável. MacKinnon (1989) alega que a definição social de mulher as resume ao papel de objeto sexual, e, por isso, a identidade feminina restringe e contém as mulheres.

Essa é uma visão radical, que parece negar totalmente a capacidade feminina de agir autonomamente em um contexto de opressão. Como discutido no primeiro capítulo, a restrição das alternativas disponíveis não elimina por total a agência moral desses indivíduos.

Tomar isso como verdade é negar suas capacidades de autodeterminação. Mesmo indivíduos socializados em uma hierarquia de gênero são agentes morais e devem ter suas experiências de vida e preferências consideradas. Isso não significa, contudo, que elas não devam ser questionadas sob a luz das desigualdades de gênero.

MacKinnon e Dworkin são duas representantes da corrente feminista que defende a regulação da pornografia como requisito fundamental para o enfrentamento da hierarquização de gênero e da subordinação feminina⁷. Para essas autoras a objetificação sexual é uma consequência da desigualdade entre os gêneros, e ela é criada e perpetuada pela pornografia, cujos consumidores são majoritariamente homens. A pornografia sexualiza a desigualdade de gênero e constrói as relações sexuais com base nessa desigualdade: o papel dos homens, nessas relações, é de dominação, o papel da mulher é de ser algo a ser usado por ele, seu objeto sexual.

Conforme essa concepção, a partir da objetificação feminina a pornografia reproduz e legitima as desigualdades de gênero. A pornografia define o valor das mulheres a partir de sua aparência e de como elas podem ser usadas sexualmente. Com isso, ela define a imagem que os homens terão das mulheres e, conseqüentemente, como será definida a mulher socialmente.

Decorrendo da concepção de que mulheres são coisas, a pornografia torna tênue a linha entre a relação sexual e o abuso e violência. O status feminino de objeto, gerado pela pornografia, seria a causa dos homens não perceberem o problema em abusar ou violar uma mulher. Isso porque a pornografia faz com que eles as enxerguem como coisas, não pessoas e, assim, os limites do uso se tornam turvos.

Do ponto de vista das mulheres, MacKinnon (1989) alega que a objetificação é uma forma de alienação. Elas não têm autoria de sua objetificação, mas têm sido ela. As mulheres têm sido o objeto a partir de cuja subjugação o sujeito (homem) se consolida no mundo social. O problema de a mulher reconhecer sua objetificação é o mesmo do alienado perceber sua alienação. É o problema, posto pelo feminismo, de gerar autoconsciência nas mulheres.

⁷ As correntes teóricas feministas assumem posições bastante distintas e conflitivas em relação à pornografia. Robin Morgan sintetiza a posição antipornografia (a favor da regulação) ao declarar que “a pornografia é a teoria; o estupro é a prática.”. Cameron e Frazer (2000), por sua vez, criticam a ideia de que os homens se comportam de certa maneira devido ao consumo da pornografia. Para elas essa interpretação os enxerga como passivos e acrílicos ao conteúdo do material pornográfico. Green (2000) argumenta que não é exclusividade da pornografia a transmissão da objetificação feminina, mas que da televisão à moda é reforçada a negação da subjetividade das mulheres. Nussbaum (1995) também argumenta que não é a pornografia a causa da objetificação, mas que ela é resultado da desigualdade social. Há, finalmente, as feministas que defendem a pornografia, como Wendy McElroy (1995), que argumenta a favor da pornografia como um aspecto da liberdade da expressão sexual feminina, uma forma de questionamento dos papéis tradicionais. Discussão disponível em <<http://plato.stanford.edu/entries/feminism-objectification>> Acesso em outubro de 2014.

Enquanto isso não acontece, as próprias mulheres cooperam com o processo de objetificação, ao tentar, de todas as formas, alcançar os padrões masculinos, e medindo seu autovalor a partir do grau em que elas foram capazes de fazê-lo.

Nussbaum (1995) identificou sete noções envolvidas na ideia de tratar uma pessoa como um objeto:

1. Instrumentalidade: tratamento de uma pessoa como uma ferramenta para fins do objetificador;
2. Negação da autonomia: o tratamento de uma pessoa como se fosse carente de autonomia e autodeterminação;
3. Inércia: o tratamento de uma pessoa como se fosse carente de agência e/ou atividade;
4. Fungibilidade: o tratamento de uma pessoa como intercambiável com outros objetos;
5. Violabilidade: o tratamento de uma pessoa como se fosse carente de fronteira de integridade;
6. Propriedade: o tratamento de uma pessoa como algo que pertence a outro (pode ser comprado ou vendido);
7. Negação da subjetividade: o tratamento de uma pessoa como algo cujas experiências e sentimentos (se houver) não precisam ser levados em conta.

O ato de objetificação seria composto por uma ou mais dessas características. Diferentes combinações de atributos gerariam diferentes tipos de objetificação.

A visão de Nussbaum (1995) sobre objetificação não é tão radical quanto das duas autoras abordadas anteriormente. Para ela, objetificação significa ver e/ou tratar uma coisa como outra: tratar como objeto uma coisa que não é realmente um objeto, mas um ser humano. Por isso, o problema não está na objetificação em si, o problemático é tratar alguém primordialmente, ou meramente, como um instrumento para a própria satisfação. Negar o que é fundamental para todos os seres humanos: o status de ser um fim em si mesmo.

De acordo com a interpretação de Nussbaum (1995), Mackinnon e Dworkin enxergam a objetificação sexual sempre como instrumentalização feminina para o prazer masculino, um desrespeito à subjetividade e autonomia das mulheres. O problemático não é o desejo sexual *per se*, mas o fato de que, em uma sociedade marcada pela hierarquia de gêneros e a dominação masculina, a objetificação é assimétrica: um lado aprende a objetificar e o outro a se deixar objetificar.

Para as autoras não haveria uma objetificação “saudável”, porque seria sempre a mulher quem perderia sua humanidade ao exercer sua sexualidade, seriam sempre elas a serem transformadas em coisas, nunca os homens. Não haveria possibilidade de uma objetificação mútua para o prazer sexual, enquanto as relações de poder fossem assimétricas, como são, porque a mulher não teria a opção de consentir, verdadeiramente, em ser ou não objetificada.

Diferentemente dessa perspectiva, Nussbaum (1995) aponta que a objetificação não precisa, necessariamente, causar danos à humanidade de uma pessoa. A diferença entre a objetificação reprovável e a benigna é o contexto global da relação humana em questão, por isso, o contexto sempre deve ser considerado e questionado.

A objetificação se caracterizaria como fenômeno negativo quando tomada em um contexto em que não existe igualdade, consentimento e respeito. Por outro lado, ela pode ser benigna e libertadora sexualmente desde que seja simétrica e mútua, que os dois indivíduos abram mão da sua autonomia e subjetividade de forma consciente e que respeitem um ao outro.

Para todas as autoras citadas, a objetificação sexual feminina, construída em um contexto de desigualdade de gênero seria um fenômeno prejudicial às mulheres. Nussbaum acredita que seja possível a existência de algum contexto em que o fenômeno tenha caráter positivo. MacKinnon e Dworkin não acreditam que possa haver reciprocidade e respeito mútuo na objetificação sexual em uma relação heterossexual, pois sempre haveria desigualdade de poder entre o homem e a mulher. Logo, a objetificação seria sempre negativa para as mulheres.

Em “Femininity and Domination” (1990) Bartky faz uma análise da relação entre a constante preocupação feminina com a beleza e a objetificação. A autora aponta para o fato de que em sociedades patriarcais, dominadas pelos homens, a aparência ser muito mais valorativa das mulheres do que dos homens. Enquanto homens são apreciados por suas mentes e personalidades, as mulheres são constantemente associadas e identificadas com seus corpos. Muitas vezes elas são resumidas a eles.

Como consequência da realidade de um sistema em que a heterossexualidade é institucionalizada, as mulheres aprendem a objetificar a si mesmas através das suas aparências. Dessa forma, Bartky (1990) apresenta outra forma de objetificação, em que uma pessoa é ao mesmo tempo objeto e objetificador.

Em consonância com MacKinnon (1989), Bartky coloca que as mulheres veem e vivem seus corpos sob a perspectiva de um *outro*, que é o homem. Assim como os homens, as mulheres passariam a tirar satisfação erótica de seus seres físicos, deleitando-se com suas aparências e corpos e tratando a si mesmas como objetos a serem decorados e admirados. Através da aparência, as mulheres se fariam “objetos e presas” para os homens (Bartky, 1990, p. 73).

Tanto as práticas de beleza quanto a objetificação sexual feminina são, sobretudo, mecanismo de manutenção da dominação masculina. A partir da socialização, os constantes cuidados com a aparência e a objetificação são naturalizados como aspectos constituintes da feminilidade. Devido à naturalização desses traços, o feminino é construído como equivalente à subordinação e o questionamento e superação das desigualdades de gênero são dificultados. Por isso, é fundamental a análise da crítica feminista à formação de preferências e efetivação da autonomia em um contexto de opressão.

A supervalorização da beleza e a objetificação não são explicadas nem por uma predisposição natural, nem por uma livre decisão típica do gênero feminino. Ambas são efeitos da internalização de estruturas opressivas. Assim, esses dois “traços da feminilidade” são, acima de tudo, instrumentos políticos que visam à manutenção da hierarquia de gêneros. Através deles as mulheres aprendem a sua posição de sujeição aos homens. Elas aprendem que o seu papel social é agradá-los esteticamente e proporcionar-lhes prazer sexual, da mesma forma que os homens aprendem como controlá-las.

O tratamento das mulheres como objetos sexuais e a imposição artificial de ideais de beleza que elas devem constantemente tentar atingir, são meios de o sistema de dominação masculina reafirmar o seu poder, enquanto assegura a subordinação do outro gênero. Tornando, assim, a hierarquia de gêneros uma consequência quase natural das aptidões de cada “grupo”. Um gênero é colocado como o hábil a dominar, enquanto o outro é afirmado como o que tem talento natural à obediência.

Tomando essa condição como verdade, a questão da objetificação e das práticas de beleza feminina não aparentam ser uma questão de injustiça. É a partir do questionamento da produção das preferências individuais em contextos de opressão que o problema da reprodução da subordinação feminina é revelado.

CAPÍTULO III

3. ABORDAGEM EMPÍRICA

Esta monografia propôs-se a investigar a relação entre a construção do gênero nas sociedades Ocidentais modernas e a internalização dos padrões de opressão pelas mulheres, com foco especial no funcionamento dos dispositivos de beleza feminina como instrumento de controle político, do domínio masculino, sobre o avanço das mulheres. Foi discutido até aqui estudos que relacionam a construção do feminino à subordinação e à deferência, abordando as práticas de beleza femininas como sendo um instrumento político de manutenção dessa subordinação. Buscou-se examinar em que medida a socialização feminina em um contexto de hierarquização de gêneros determina a formação das preferências e as tomadas de escolhas femininas, assim como a produção e a reprodução dos papéis sociais de gênero.

Finda a análise da abordagem teórica sobre o tema, buscou-se investigar, empiricamente, como operam esses padrões, no que se refere aos dispositivos da beleza. Através de entrevistas semiestruturadas, procurou-se observar como se dá a internalização do controle por meio dos dispositivos de beleza femininos e como as próprias mulheres percebem e reagem a esses dispositivos de controle.

Esta pesquisa lida, portanto, com a questão das desigualdades de gênero e seus efeitos na construção social e política das mulheres, enquanto indivíduos formalmente autônomos. A análise teórica feita nos capítulos anteriores aponta a existência de uma correlação entre preferências tidas como tradicionalmente femininas e a internalização dos padrões de opressão.

Uma das razões para a relação íntima que se consolidou socialmente entre mulheres e os cuidados com a beleza (e mesmo a objetificação), seria a restrita visão que as mulheres têm de seus horizontes de possibilidades, dentro de uma sociedade marcada pela dominação masculina, que define, sob sua perspectiva, o que é o feminino. Seriam os cuidados, motivados para agradar a *outro*, um dos responsáveis por diferenciar, socialmente, os dois gêneros (Jeffreys, 2005). Através das práticas de beleza as mulheres se dedicariam deleitar os homens, assinalando a sua posição de grupo subordinado, que vive para satisfazer o grupo dominante.

Como abordado na revisão bibliográfica, essa é uma discussão, sobretudo, política, pois quando a mulher é construída para o outro, não para si, ela é construída como uma cidadã de segunda classe e sua capacidade de se autodeterminar é limitada durante a sua construção.

É a esse ponto que se dedica especificamente este trabalho: discutir a possibilidade de agência efetiva de uma mulher em uma estrutura marcada pela hierarquização entre os gêneros e pela opressão feminina. Em que, características tidas como naturalmente femininas, como a preocupação com a aparência, são um efeito da socialização e da internalização de padrões que impõem o controle feminino e a subordinação. O conceito de feminilidade é fabricado, socialmente, de forma a restringir a ação feminina.

A investigação dos dispositivos de beleza sob a perspectiva do controle político do progresso feminino é um tema já explorado pela teoria feminista, mas que ainda não surtiu efeito nos estudos tradicionais de Ciência Política no Brasil. Essa discussão é importante porque os cuidados com a beleza em conjunto com outros dispositivos, como a divisão sexual do trabalho, geram desvantagens para as mulheres que repercutem para além de suas vidas privadas, compactuando com a desigualdade de gênero.

Como alega Wolf (1991), os cuidados com a beleza exigem um maior investimento de recursos, tempo e esforço das mulheres, o que as coloca em posição de desvantagem com os homens. Recursos e tempo livre são fundamentais para o autodesenvolvimento e para a participação em diversas esferas da sociedade, entre elas a política. Além disso, não é difícil estabelecer relações entre práticas de beleza, como as cirurgias plásticas e o uso de salto alto, e danos à saúde. E o mais importante: sendo um instrumento da dominação masculina, as práticas de beleza seriam um problema por não se tratarem de uma escolha autônoma, mas da conformação à subordinação.

Para avançar nessa reflexão, foi feita uma pesquisa empírica, por meio de entrevistas de profundidade com dez mulheres. Foi selecionada, propositalmente, uma amostra de entrevistadas variada em termos de classe social, escolaridade, faixa etária e raça.

Têm-se como entendimento, nessa pesquisa, que as mulheres não constituem um grupo homogêneo, com identidades e vivências idênticas. Todo indivíduo é constituído de múltiplas identidades, influenciadas por diversos fatores como raça, classe e gênero, entre outros. Na proposição de realizar uma pesquisa empírica com mulheres foi levada em consideração essa multiplicidade de identidades, assim como a diversidade de fatores que compõem cada mulher. Devido a essa compreensão, uma das principais preocupações ao se

definir o conjunto de mulheres a serem entrevistadas foi selecionar uma amostra que representasse a diversidade desse grupo, justamente para investigar se e como constituições sociais diferentes resultariam em diferenças nos pensamentos e vivências dessas mulheres, assim como em suas percepções de si e do mundo.

Embora considerada a variedade constitutiva desse grupo, a premissa inicial desta pesquisa foi de que, como aponta Young (2006), existe uma perspectiva social compartilhada entre membros de um grupo, derivada da posição social que os indivíduos ocupam e das relações sociais entre variados grupos.

Ainda que cada mulher possua vivências distintas das suas semelhantes, associadas a sua posição social, em uma sociedade que é hierarquizada por gêneros, existem experiências específicas de pertencer ao gênero feminino que as aproximam, assemelhando as experiências que elas têm de si e do mundo. Mesmo em sua multiplicidade, existe um fator limitante da vivência de todas as mulheres, que é a opressão de gênero em si, independentemente de cada uma compreender e sofrer diferentemente a influência que ela tem sobre sua vida.

Ao selecionar uma amostra bastante sortida de mulheres, procurou-se identificar se os padrões de internalização dos dispositivos de controle por meio da beleza atravessam diferentes categorias de constituição dos sujeitos, como raça, renda, faixa etária e escolaridade. Buscou-se especial diversidade nos dois últimos quesitos, imaginados como determinantes da percepção individual sobre si mesmo e sobre a sociedade.

3.1 Orientações metodológicas

Como o objetivo desta pesquisa não é categorizar, mas investigar e questionar as atividades, opiniões e percepções femininas em relação à beleza, considera-se que as técnicas de pesquisa qualitativas - entrevistas em profundidade – sejam mais apropriadas que as técnicas quantitativas.

De acordo com Moreira (2002), o foco da pesquisa qualitativa é a interpretação. Há um interesse em interpretar a situação em estudo sob o olhar dos próprios participantes; as perspectivas e percepções do entrevistado são valorizadas, a subjetividade é enfatizada. O autor aponta que a pesquisa qualitativa possui um caráter mais flexível que a pesquisa quantitativa. O processo de pesquisa é mais interessante, para o pesquisador, que o resultado

em si. O foco está em compreender a situação em análise, mais do que em encontrar respostas. Parte-se da premissa de que o contexto influencia diretamente o comportamento das pessoas e a formação de suas experiências.

Tendo como objetivo investigar a percepção que cada uma das entrevistadas tinha de sua posição social, assim como a forma que elas reagiam aos padrões de opressão, optou-se justamente por métodos mais flexíveis, que fossem capazes de abarcar a subjetividade de cada mulher. Com isso em mente, o tipo de entrevista utilizada na pesquisa foi a semi-estruturada.

Moreira (2002) posiciona as entrevistas semi-estruturadas no meio termo entre as estruturadas e as completamente abertas. A característica que levou à escolha desse tipo de entrevista foi que, diferente da entrevista estruturada, não há obrigatoriedade de que todas as perguntas sigam uma mesma ordem e sejam apresentadas com as mesmas palavras. A possibilidade de flexibilização do vocabulário foi fundamental para a pesquisa, posto que ela se propôs a entrevistar mulheres com trajetórias e posições sociais distintas.

É importante assinalar que, como estudante universitária, a pesquisadora tem entendimento sobre certos conceitos que não são compreendidos igualmente por todas. Ainda que tenha havido a preocupação de elaborar perguntas simples, por vezes, foi considerado necessário, no momento da entrevista, adaptar algumas sentenças para a melhor compreensão da entrevistada. A flexibilidade na sequência de perguntas também foi importante para que as entrevistas ocorressem de forma espontânea, como uma conversa em que a entrevistada é possibilitada a refletir sobre as questões e adequá-las à sua realidade.

A escolha por entrevistas semi-estruturadas também se deu pela possibilidade de, além das perguntas previamente determinadas, incluir questões não previstas, dependendo das respostas das entrevistadas. A possibilidade de relativização e de inclusão de perguntas é capaz de fornecer às entrevistas semi-estruturadas um maior entendimento das questões estudadas, por tornar possível uma reconfiguração das entrevistas durante as suas execuções.

Metodologicamente, pretendeu-se verificar como as mulheres compreendem o impacto dos dispositivos da beleza nas suas vidas, como eles atravessam suas vivências, organizam práticas e as constituem como sujeitos. Para tanto, optou-se por uma amostra de dez entrevistadas, residentes de diferentes bairros do Distrito Federal.

Segundo Gil (1999), uma amostra deve ser representativa da população que se pretende estudar. Por se tratar de uma monografia, portanto, um estudo de tamanho limitado, e de uma pesquisa qualitativa, o número de entrevistadas (dez) foi estimado como suficiente

para abarcar uma variedade de opiniões e vivências considerável. Representando a multiplicidade que compõe a “categoria mulher”, sem tornar o trabalho excessivamente extenso. Como já mencionado, o objetivo do trabalho não é encontrar respostas, mas apresentar um recorte da realidade da desigualdade de gênero nas sociedades contemporâneas.

O tipo de seleção de amostragem escolhido foi o que Gil (1999) denomina de “amostragem por acessibilidade ou por conveniência”. O pesquisador seleciona os elementos que tem acesso, assumindo que esses possam representar o universo estudado. No caso desta pesquisa, as mulheres foram selecionadas através de conhecidos da pesquisadora. Foram contatadas colegas de trabalho, familiares ou funcionárias dos mesmos. Dessa forma, o contato entre a entrevistadora e as entrevistadas foi facilitado, assim como seleção de um grupo diversificado.

Segundo Gil (1999), esse é o tipo de amostragem mais usado em estudos qualitativos, por não exigir alto grau de precisão. A intenção deste estudo é promover a reflexão e discussão sobre o tema, procurando identificar padrões que podem complementar o debate teórico com análises empíricas.

Utilizou-se um roteiro básico de questões que foram exploradas no decorrer de cada entrevista, com base nas respostas obtidas. As entrevistas foram divididas em dois blocos de questões. O primeiro bloco, contendo 16 questões abertas, tinha como objetivo conhecer a relação da entrevistada com a sua aparência. A partir dessas respostas seria analisado como está internalizado o controle feminino por meio dos dispositivos de beleza. O segundo bloco, com 13 questões abertas, visava observar a reflexão das entrevistadas a respeito da cobrança da beleza feminina, pessoalmente, mas, principalmente, socialmente. Ou seja, como elas entendiam a pressão imposta às mulheres, enquanto grupo. O Roteiro de Entrevista está disponível para consulta no Anexo 1, ao final desta monografia.

O número de perguntas foi pensado de forma a explorar o tema de forma satisfatória, ensejar a reflexão das entrevistadas na elaboração das respostas, sem tornar a entrevista cansativa ou inconveniente. Foi levado em consideração que algumas entrevistas seriam feitas no local de trabalho das entrevistadas, ou entre outros compromissos. Considerou-se importante que as entrevistadas não tivessem que se apressar nas respostas. Por isso, calculou-se um número de perguntas que, respondidas satisfatoriamente, tomariam, em média, vinte minutos das entrevistadas, dispêndio de tempo considerado apropriado.

O roteiro e a técnica de construção de dados foram testados, por meio de um piloto, com três mulheres. Durante o teste, como foi durante toda a pesquisa, teve-se o cuidado de escolher entrevistadas com vivências diferenciadas. A partir do teste do questionário foram eliminadas questões que não tiveram o retorno esperado pela pesquisadora, modificado o vocabulário de algumas perguntas para compreender uma variedade maior de experiências pessoais e adicionadas novas questões que surgiram durante o processo de teste. O piloto foi responsável por mostrar a viabilidade da execução do trabalho como previsto.

3.2 As entrevistadas

Como mencionado, foi uma preocupação central da pesquisa selecionar para as entrevistas mulheres de diferentes faixas etárias, com graus variados de escolaridade, pertencentes a distintas classes sociais e que se auto declarassem de diferentes raças. Buscou-se uma diversidade efetivamente representativa da população feminina. Essa variedade foi pensada com o propósito de verificar se, e em que medida, a internalização dos padrões opressivos atravessa diferentes categorias de constituição do sujeito.

Foram atribuídos prenomes para preservar a identidade das entrevistadas, como é de costume em pesquisas acadêmicas. Optou-se pela autodeclaração como critério de identificação de raça das participantes desta pesquisa. As categorias foram deixadas em aberto para que cada entrevistada fosse identificada de acordo com a cor que se autopercebe.

Tabela 1: Características das entrevistadas

	Faixa Etária	Escolaridade	Raça	Ocupação	Bairro
Ana	61-75 anos	Ensino Superior Completo	Branca	Aposentada	Asa Sul
Bruna	30-45 anos	Ensino Superior Completo	Branca	Jornalista	Asa Norte
Clara	30-45 anos	Ensino Médio Completo	Branca	Cabeleireira	Samambaia
Denise	61-75 anos	Ensino Médio Incompleto	Morena	Dona de Casa	Asa Sul
Luíza	46-60 anos	Ensino Médio Completo	Morena	Auxiliar de dentista	Candangolândia
Julia	46-60 anos	Pós Graduação	Negra	Funcionária Pública	Asa Norte

Marina	17-29 anos	Ensino Médio Incompleto	Amarela	Estudante	Itapoã
Raissa	30-45 anos	Ensino Fundamental Completo	Negra	Diarista	São Sebastião
Sônia	46-60 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Amarela	Empregada Doméstica	Paranoá
Thaís	17-29 anos	Ensino Superior Incompleto	Negra	Estudante	Asa Norte

Fonte: Elaboração Própria

3.3. Análise dos discursos

Como mencionado anteriormente, o contato com todas as entrevistadas foi intermediado por terceiros, conhecidos em comum. Provavelmente devido a esse fato, todas as entrevistas transcorreram com naturalidade, não havendo oposição a responder nenhuma pergunta. Outro facilitador do trabalho foi que todas as entrevistadas possuíam algum grau de identificação com o tema proposto. “Beleza” mostrou-se um assunto em comum entre todas as mulheres selecionadas para a entrevista, ainda que as relações entre o tema e cada mulher fossem variáveis.

3.3.1. Beleza e Investimento

Foi observado durante a pesquisa que a relação das mulheres com os cuidados de beleza atravessa diferentes estratos sociais e faixas geracionais. Foram entrevistadas mulheres de variadas faixas de renda, caracterizadas tanto pelas profissões que elas ocupam (renda salarial) quanto os bairros em que elas residem (no Plano Piloto, centro de Brasília, ou em Cidades-Satélites, periferia). Da mesma forma, buscou-se selecionar entrevistadas com uma abrangente variação de idades. Devido a essa diversidade, poderia se inferir, a princípio, que haveria um grande contraste nas repostas, contudo, isso não se confirmou. Em relação às práticas de beleza, ao investimento de recursos e de tempo nessas práticas, houve certa similaridade entre as entrevistas.

A variação ocorreu em termos do que é consumido e da frequência com que as mulheres adquirem novos produtos ou fazem tratamentos. Ainda assim, todas elas demonstraram alguma preocupação com a aparência e afirmaram investir nesses cuidados, em maior ou menor grau.

As duas entrevistadas da faixa etária de acima de 60 anos, Ana e Denise, declararam investir, principalmente, em cosméticos e tratamentos para a pele do rosto, “*o que eu gasto mais é creme. Ou melhor, eu gasto mais porque precisa mais*” esclarece Ana. Elas gastam com produtos de preços mais elevados, mas que tendem a ter maior duração. Ambas se referiram à idade como motivo para investir em tratamentos dermatológicos. “*Eu faço muita massagem no rosto, que é o que minha mãe fazia, e estou fazendo agora um tratamento pra mancha. Além disso, eu vou ao salão toda semana fazer a unha*” conta Denise. Com visível constrangimento, Ana admite ter feito uma cirurgia plástica “*dei só uma puxadinha na pele que já estava caída, um lifting. Fora isso, já fiz tratamentos a laser e agora faço um na fisioterapeuta, pra pele ficar mais bonita*”. Tanto Ana quanto Denise, dispostas na última faixa etária das entrevistadas selecionadas, demonstraram certo desconforto ao tratar, ainda que superficialmente, do envelhecimento físico.

Bruna, após se identificar como uma pessoa muito vaidosa, afirmou que os cuidados com a beleza são uma “*constante ao longo do dia*”. Para ela, não existem horários específicos para se arrumar, “*eu acho que quem é vaidoso fraciona o dia em vários períodos, e está nessa constante. Eu enxergo que a mulher que quer estar bem cuidada, quer estar bonita, tem que estar nessa constante*”. Por isso, ela está sempre comprando novos produtos de beleza, fazendo tratamentos estéticos, e cuidando do corpo. Bruna alega que a única limitação para os cuidados com a beleza é o aspecto financeiro, porque, para ela, a atenção com a aparência é uma necessidade, não uma superficialidade.

Wolf (1991) identifica a “*constante do cuidado*” como um dos elementos principais do controle das mulheres a partir dos dispositivos de beleza. A beleza, diferente de outras atividades, é um trabalho inesgotável. O autoaperfeiçoamento não possui um limite, um destino final. O investimento de dinheiro, esforço e tempo nos cuidados de beleza é contínuo e permanente.

O dispêndio de recursos em cuidados com a aparência, para Bruna, é fundamental porque os resultados não são unicamente estéticos: “*aparência está diretamente ligada à saúde, higiene e bem estar*”. Ela atesta que dieta, por exemplo, é “*uma questão de qualidade de vida, a estética é apenas um dos frutos que se colhe em relação à dieta*”. Ela dá outros

exemplos: “a *sobrancelha feita, o buço feito, a perna depilada e a axila depilada, já é uma questão de higiene, não de vaidade. Eu vejo fazer unha como uma questão de higiene, é estética também, mas eu acho uma questão de limpeza*”. Nessa situação, os cuidados com a beleza tomariam outro sentido, e a aplicação de tempo e dinheiro nos mesmos outro caráter que não o de superficialidade. Para Bruna, a boa aparência seria, na verdade, o reflexo de uma boa saúde e uma boa apresentação, por isso, a necessidade atribuída a eles.

Raissa trabalha como diarista e é moradora de São Sebastião; desses fatores podemos deduzir que a sua renda mensal é baixa, ainda que complementada com o rendimento do marido. Independentemente disso, todos os meses, uma parte do seu orçamento é destinada a produtos para o rosto e o cabelo: “*antes de ontem mesmo comprei uma maquiagem de setenta e cinco reais, pra minha filha. Um kit grande, enorme, com várias coisas, lindo que só*”. Ela admite, aos risos, que não tem o costume de usar o que compra: “*eu nunca fui, assim, de usar essas coisas de maquiagem, sombra, essas coisas, eu nunca fui. O que eu gosto é de comprar*”. O que ela possui prazer em arrumar é o cabelo, que usa sempre natural, e ganha cuidados especiais nos fins de semana: “*quando vou pra Igreja solto o cabelo, que ele é cacheado, deixo tipo afro, passo um gel que deixa ele mais cheio*”.

Luiza, auxiliar de dentista e moradora da Candangolândia, conta que vai ao salão de beleza duas vezes por mês, mas que, além disso, faz tratamentos em casa, como hidratação e escova nos cabelos. Sempre que precisa ela compra novos produtos. Segundo ela, uma das principais preocupações estéticas é com o corpo. Está sempre de dieta, para manter o peso.

Além das variações de aplicação de recursos financeiros nos cuidados com a beleza, o tempo se mostra como outro fator que é organizado de forma a adequar os cuidados com as rotinas das mulheres. Sônia explica que seu tempo é curto durante a semana por trabalhar muito - como empregada doméstica - mas que ela separa um tempo específico para se cuidar: “*no final de semana eu gosto mais de me arrumar, faço chapinha, hidratação no cabelo. Às vezes faço uma limpeza de pele. Mas eu gosto muito de cuidar um pouquinho*”. Todos os meses, ela conta que separa um pouco do orçamento para comprar produtos de esfoliação para o rosto, tratamento que mais gosta de fazer em casa.

A mais nova das entrevistadas, Marina, alega que sua rotina de beleza mudou devido à gravidez “*eu não costumo me arrumar pra ficar em casa... Então agora na gravidez é muito pouco (o tempo gasto se arrumando)*”. Antes disso, contudo, ela levava até duas horas por dia para se arrumar “*antes, se eu fosse sair, eu arrumava o cabelo, maquiagem, sobrancelha...*”. Durante a entrevista ela esclarece que, em sua opinião, os cuidados com a aparência são

associados ao mundo público. Em casa ela não se incomoda com sua aparência natural, mas, para sair, sente-se feia se não se arrumar.

Foi evidenciado, através da pesquisa, que cada uma das entrevistadas possui uma forma particular de organizar seu tempo ou de dividir os seus gastos com práticas de beleza, mas que todas investem tempo e dinheiro nesse quesito. Existem preocupações específicas nos cuidados com a beleza que variam, mas essas variações parecem ser consequência de razões pessoais, não determinadas por classe, faixa etária ou raça da entrevistada. A única similaridade de respostas nessa questão foi entre Denise e Ana, que demonstraram semelhante preocupação com o envelhecimento da pele.

Nesse sentido, chamou atenção na entrevista de Thaís a sua preocupação com os cabelos. A entrevistada é negra, mas possui os cabelos alisados. Durante toda a conversa, foram feitas referências diretas à importância da arrumação dos cabelos, para ela. A impressão passada é de que a autopercepção de Thaís está intimamente ligada à condição dos mesmos. Thaís destaca que não se preocupa tanto com roupas e que só usa maquiagem em ocasiões especiais, mas que é fundamental, para que ela esteja bem consigo mesma, que o seu cabelo esteja arrumado. *“Meu cabelo é uma coisa que não tem jeito, ele é de um jeito em cima, de outro no meio... Não existe um corte de cabelo que fique bom nele, não existe nada”* diz ela sobre a necessidade de alisá-los.

Esse posicionamento joga luz sobre outra questão referente ao tema analisado neste trabalho, que ainda não havia sido abordado. Os padrões sociais de beleza feminina, que são internalizados, em menor ou maior medida, por todas as mulheres, não são opressivos apenas sob o aspecto de gênero. O discurso de Thaís demonstra a existência de uma opressão de raça nos padrões de beleza.

Os padrões de beleza são definidos sob uma perspectiva dominante, que não é apenas masculina, mas também branca. Disso, resulta a constituição de um modelo com viés racializado. Através, principalmente, da mídia as pessoas têm acesso a uma imagem de beleza que é majoritariamente europeizada. O “belo”, nesse contexto, é construído de forma a valorizar características físicas pertencentes especificamente à raça do grupo social dominante. Embora os padrões de beleza sejam difundidos por sociedades compostas por diversas raças – raças definidas por fenótipos próprios - eles são padrões discriminatórios em termos raciais, que alienam indivíduos de suas constituições físicas diferenciadas.

Thaís não foi a única entrevistada que afirmou a necessidade pessoal, a auto-cobrança (ou assim interpretada) de estar com o cabelo devidamente arrumado. Marina e Sônia trataram da questão do cabelo liso durante suas entrevistas, Sônia afirmou que só se sente confortável de sair de casa com o cabelo solto se ele estiver escovado. Bruna, por sua vez, apontou que gosta do seu cabelo porque ele está dentro dos critérios de beleza colocados socialmente. De forma semelhante, Denise comentou que não via problema em sair de cabelo molhado, porque seu cabelo é “*jeitoso*”, liso.

Percebemos mais um problema nos padrões de beleza quando eles são definidos em oposição às características físicas da maior parte da população. O Brasil é um país em que convivem fenótipos bastante distintos, em que a população negra e parda equivale a 50,1% do total de brasileiros, segundo o último Censo publicado pelo IBGE (2010). Portanto, o cabelo liso não é um traço característico de nossa população. Assim como os corpos esqueléticos, glorificados pelos padrões de beleza, vão de encontro a um tipo físico composto por mais curvas, resultado da mistura entre raças. A mulher brasileira, para se enquadrar no que é socialmente considerado bonito, precisa, na maioria das vezes, de intervenções estéticas, porque as características físicas colocadas como belas não são naturais de sua formação.

3.3.2 Beleza e posições no mundo do trabalho

Um ponto de destaque das entrevistas foi a relação entre beleza e trabalho. Essa foi uma questão que suscitou respostas bastante distintas. Julia, funcionária do Banco Central e pós-graduada, apontou que quanto mais alta é a posição profissional de uma mulher, mais ela é respeitada pelas suas capacidades:

“Se ela está lá, ela comeu um dobrado pra chegar. O homem chega mais fácil, porque sempre se acredita que ele está pronto, e não é bem assim. A mulher é testada o tempo todo. Então, assim, quando as mulheres chegam no poder elas se destacam, porque elas se trabalharam muito mais para serem respeitadas”.

Tendo “chegado lá”, Julia alega ter autoridade para dizer que é preciso esforço para a mulher se provar, provar o seu conhecimento; mas que, a partir do momento que a mulher mostrou ser capaz, ela se torna mais livre dentro de sua posição profissional. “*Tudo na mulher é conquista, é uma coisa de crescimento, de formar a liberdade, de se construir*”. Sendo capaz de provar sua competência, a mulher seria capaz de muito mais que o homem, porque o

fato de ela estar em um alto posto significaria que ela foi hábil em enfrentar e superar todos os muitos obstáculos que lhe foram colocados, em consequência de seu gênero. A mulher em posto profissional elevado seria muito respeitada, pelo fato de ter conseguido alcançá-lo.

Julia não negou, em sua entrevista, que algumas mulheres conseguem se promover em cima de sua beleza: *“as pessoas têm que escolher, ou elas querem o seu conhecimento, as suas habilidades, ou elas querem a sua aparência. Então, elas aceitam o que vier”*. Ainda assim, o sucesso profissional dependeria da competência:

“Então, você pode até chegar, mas você não fica se você não tiver (inteligência). Se a mulher só tem a beleza, se não tem o conhecimento, ela não vai se sustentar na posição. Porque você sempre assume responsabilidades, você tem que tomar decisões. Se você carrega um diploma de graduação, você vai ter que responder profissionalmente por essa graduação, se não você vai ser ninguém”.

A partir do momento que uma mulher ocupa uma esfera masculina, não só o mercado de trabalho, mas os altos cargos, ela precisa constantemente provar suas capacidades *“ela é testada o tempo todo”*. Nessa interpretação, para uma mulher ser considerada merecedora de sua posição, não basta que ela seja tão competente quanto um homem, ela precisa ser um pouco mais, de forma que *“neutralize”* o seu gênero. Julia ressalta que, provavelmente, sua aparência não é julgada porque ela trabalha com pessoas de um nível profissional superior, onde o conhecimento é a prioridade: *“onde existe competência não existe aparência”*.

Retomando a discussão sobre a autonomia feminina, podemos interpretar pela entrevista de Júlia, que o êxito profissional pode funcionar como um potencializador da possibilidade feminina de se autodeterminar e de criticar os padrões de gênero estabelecidos socialmente. Uma mulher em uma posição profissional superior pode ser vista, socialmente, como um indivíduo mais competente e, devido a isso, ter o seu horizonte de possibilidades ampliado. Haveria, a partir da profissão, uma alternativa de superação das desigualdades entre os gêneros. Contudo, devemos ficar atentos aos obstáculos sociais ainda impostos às mulheres a alcançar altos cargos.

Outra entrevistada, Denise, conta um caso de uma vizinha que ia sempre a entrevistas de emprego, mas nunca era contratada. Para ela, o motivo de tantas negativas eram os problemas de acne: *“sempre era chamada uma mais bonita, lógico que a pessoa bonita é notada logo”*. Ela aponta que nem todo emprego é assim, que em algumas profissões o que vale é apenas o conhecimento, mas que, de modo geral, essa é uma característica cultural do país.

Perguntada se existe relação entre beleza e sucesso profissional, ela diz: “*se a avaliação for pelo saber dela, acho que não. Mas, se for, como brasileiro faz, ‘é bonita, bota pra dentro’, ajuda muito ser bonita*”. Nesse entendimento, seria um traço próprio da nossa sociedade a redução das mulheres a suas formas físicas. Em outro ponto da conversa ela declara: “*aqui no Brasil o que importava na mulher era a bunda, agora é bunda e peito. Já os nórdicos, assim, olham pra beleza em si. Nem beleza, às vezes a pessoa não é nem bonita, é o conjunto*”.

Podemos interpretar essa declaração de Denise, em que distingue a forma que os brasileiros enxergam as mulheres, da forma que os nórdicos o fazem, como uma contraposição entre um conceito de beleza que é construído socialmente, baseado em padrões e modelos ideais, e uma ideia de beleza natural. Enquanto entre os brasileiros estaria enraizada, em função de uma construção social, a concepção de mulher como um objeto, em que seriam valorizadas apenas as formas físicas, outras culturas teriam superado essa condição, estimando as mulheres por outros aspectos que não a adequação à um padrão social.

A entrevistada Clara também atribui à cultura a supervalorização da beleza física feminina, ela acredita que possui uma infeliz relação entre a aparência e o sucesso profissional de uma mulher: “*a beleza ajuda abrindo portas. Abre portas pra emprego, para pessoas influentes...*”. Contudo ela faz uma ressalva: a mulher precisa ter inteligência emocional para saber lidar com a sua beleza, ou, ao invés de um facilitador, ela se tornará um empecilho.

Em mais de uma das entrevistas foi colocada a questão de que beleza abre portas, ainda que não baste, para que a mulher se sustente em uma posição profissional. A entrevistada Ana diz que não tem como se posicionar com certeza sobre isso. Tendo trabalhado como professora por toda a vida, a beleza nunca teria sido um critério profissional. Ainda assim, ela declara: “*não sou nenhum Vinicius de Moraes, não, mas eu acho que feiura demais atrapalha. Demais, um pouquinho, tudo bem*”. Em outro ponto da conversa ela coloca: “*uma mulher tudo muito: muito gorda, muito magra, muito feia, muito baixa, muito alta, ela vai receber um tratamento diferente de uma que está dentro do padrão*”. Ou seja, seria aceitável certo afastamento dos padrões sociais de beleza, desde que não tendesse para o exagero. Uma mulher considerada exageradamente destoante do que é considerado bonito, poderia ser prejudicada pela sua aparência.

Em sentido similar, Raissa acredita que existam profissões em que basta a inteligência, mas que há também situações em que a beleza pode beneficiar o sucesso profissional, no

sentido de uma mulher considerada mais bonita ser favorecida em detrimento de outra. Ela atribui a chefes homens a aplicação desse critério de vantagem: *“com homem não é assim, homem só tem que ser um bom trabalhador”*. Raissa conta uma situação em que uma colega de trabalho foi despedida com a justificativa de que sua aparência *“assustava a clientela”*. Ela aponta, de forma acessível, a diferença entre os gêneros nessa situação: *“O gerente não era nem essas coisas, era o mais feio do mundo. É o que eu digo: a aparência dele não ta nem ai se ele trabalhar bem... e a menina foi despedida. É um absurdo”*.

Para Luiza, auxiliar de dentista, a beleza é um facilitador, principalmente para as mulheres. Ela destaca que não é sempre assim, nem com todas as profissões, mas que é inegável que ser bonita é uma vantagem ao se procurar um emprego: *“você vê muito, assim, as pessoas olharem muito a aparência pra contratar alguém pra trabalhar. Eu acho que isso tem muito com as mulheres”*.

Foi exposta também, entre as entrevistadas, a concepção de que o importante no ambiente de trabalho é ter um equilíbrio entre beleza e inteligência. Segundo Bruna, jornalista que trabalha em um gabinete ministerial, o conhecimento só é capaz de se sustentar sozinho em uma mulher quando ela é extremamente inteligente, assim como a beleza só sustenta a mulher quando ela é fora do comum. *“Difícilmente você alcança o topo de um dos dois (...) nesse caso sim, você pode ser feia e extremamente inteligente, mas isso é uma exceção, não a regra”*. Ela cita o caso das renomadas jornalistas Miriam Leitão e Zileide Silva como mulheres que, apesar de não estarem dentro do que é socialmente considerado como bonito, se sobressaíram graças à inteligência. Segundo Bruna, elas são casos raros e, mesmo assim, hoje em dia estão muito mais enquadradas nos padrões sociais de beleza que antigamente. Sobre Zileide Silva, declara: *“hoje conseguiram abaixar o cabelo dela, ela usava um fundo de garrafa, tinha 6 graus de miopia, hoje ela já usa lente”*. *“A Miriam Leitão hoje tem progressiva e é assim, imagina quinze anos atrás, quando não tinha nada disso?”*.

Portanto, o caminho para o sucesso profissional seria mais facilmente alcançado pela mulher que conseguisse equilibrar os dois quesitos, ser inteligente e competente, mas não se afastar do que é considerado socialmente apresentável, o que Bruna coloca como *“estar confortável dentro dos padrões que a sociedade coloca”*. Ela argumenta: *“pra você ser feia, você tem que ser a melhor. Mas isso é uma exceção. Para a regra você tem que estar balanceada (entre inteligência e boa aparência)”*. Bruna encerra: *“lógico, depende da função que você quer... Mas o mundo é preconceituoso. Se o primeiro contato não é positivo, a pessoa que não é apresentável tem que se desdobrar muito mais pra mostrar que é capaz”*.

Duas entrevistadas discordaram da existência de relação entre beleza e sucesso profissional. Para Thaís, a beleza facilita a vida, mas em termos profissionais, o relevante é o talento e a inteligência. Ela faz uma ressalva para as profissões que são especificamente baseadas na aparência, como as atrizes e “*panicats*”, cujas formas físicas são instrumentos de trabalho. Sônia concorda que é sempre vantajoso para uma mulher ser bonita, mas que na questão profissional é a inteligência que é cobrada: “*A gente vê tantas pessoas por ai que não têm uma aparência tão boa e são tão inteligentes. E se dão muito bem nos seus empregos*”.

3.3.3 O Valor da Beleza

De forma a averiguar a internalização dos dispositivos de controle por meio da beleza, foram elaboradas questões que tratassem da relação particular de cada entrevistada com a sua aparência. Foram abordados temas como confiança, estado emocional e envelhecimento. Por último, foi considerado importante examinar se a beleza é uma questão apenas de autopercepção, ou se está relacionada com a construção da imagem das mulheres.

Houve, durante as entrevistas, uma pergunta que obteve resposta unânime. Todas as entrevistadas concordaram que aparência e confiança estão relacionadas. Questionada sobre a importância de sua aparência, Luiza afirma: “*aparência é tudo. Quando eu não estou arrumada eu não me sinto confortável. De jeito nenhum eu saio de casa sem me arrumar!*”. Marina, de 17 anos, concorda: “*aparência é tudo. Ainda mais pra mulher, se a mulher não se sentir bem, se sair na rua e não estiver bem arrumada, se você se sentir desarrumada na rua, você se acha feia, né*”. “E você se sentir feia te deixa menos confiante?”, pergunto. “*Com certeza*”, ela responde.

De acordo com Jeffreys (2005), a identificação apaixonada das mulheres com suas aparências e os cuidados com a beleza retratam a maneira minuciosa em que foi consolidada a ideologia da subordinação feminina. Através desses cuidados as mulheres passaram a se autossignificar a partir da função atribuída a elas pelo sistema masculino, a de provocar o desejo. Segundo a autora, a exigência social da beleza feminina é uma demonstração da falta de empoderamento e autonomia das mulheres, elas precisam estar bonitas para serem aceitas socialmente e se sentir bonitas para se aceitarem pessoalmente. A necessidade do cuidado com a beleza está atrelada ao papel social feminino. A mulher é valorizada quando cumpre o seu papel social eficientemente, afirmando-se como objeto.

Quando a autoestima de uma mulher depende da sua aparência, conseqüentemente, da aceitação social, significa que os padrões de opressão femininos cumpriram sua função. De acordo com Wolf (1991), o principal objetivo dos padrões de beleza não é ditar a aparência ideal, mas um comportamento desejável. Ao se tornarem dependentes de suas aparências, as mulheres estão se alinhando às determinações do domínio masculino, ou seja, estão se dispondo a serem controladas. *“Se você não tiver cuidado de você, vai tudo por água abaixo, já era. Você olha pra você depois e não se reconhece. Porque eu acho que a autoestima é o melhor que você pode fazer pra você. Quando você olha no espelho e se acha feia, sua autoestima também vai lá pra baixo”*, diz Sônia. De acordo com a concepção da entrevistada, a avaliação que uma mulher faz de si mesma depende da forma como ela se apresenta fisicamente. Para Bruna, beleza está vinculada a realizações: *“se você não está se sentindo bonita, não tem como você ser confiante, não tem como você realizar nada”*.

Ademais, parte das entrevistadas concordou sobre a associação entre suas aparências e estado emocional. *“Aparência está totalmente ligada ao quadro emocional. Completamente”*, assegura Clara. Denise declarou que, para ela, fazer compras e ir ao salão funcionam como uma espécie de terapia. Para Ana, cuidar da aparência auxilia no enfrentamento de problemas na medida em que promove autoconfiança. Thaís possui posição similar: *“depende do problema, tem problema que mudar a aparência não acontece nada. Mas tem problema que atrapalha a autoestima de uma pessoa, e ela ficar mais bonita melhora, com certeza”*. Raissa salienta que, ao se arrumar, se sente melhor por fora e por dentro: *“por exemplo, às vezes eu tenho uma discussãozinha na relação. Aí, eu to (sic) triste. Eu me arrumo, e me sinto bem melhor. Eu me sinto mais pra cima”*. Para Sônia, é importante estar bem com a aparência para estar bem na relação amorosa: *“se você não se sentir bonita, não se arrumar, num relacionamento, você não vai... eu acho que dá tudo errado”*.

Aponta Jeffreys (2005) que a mulher é construída, socialmente, a partir da sua subordinação. É a partir de um traço da submissão ao domínio masculino, as práticas de beleza, que algumas mulheres derivam a sua individualidade e sua potencialidade. Seria a partir da sua aparência e graças a ela, que a mulher se tornaria capaz de transitar socialmente: a mulher se esconderia por trás da aparência porque só assim ela poderia ocupar o mundo público, o mundo do homem.

A centralidade dada às práticas de beleza, como fator de distinção entre o gênero dominante e o dominado, gera uma limitação à vida das mulheres: a correspondência, construída socialmente, entre mulher e beleza. As mulheres têm de enfrentar obstáculos extras

em sua participação no mundo público para provar que suas capacidades vão além de sua aparência física.

Wolf (1991) alega que uma mulher bonita, mesmo sendo competente, sempre será julgada como alguém que obteve ganhos em cima de sua beleza, assim como uma mulher que não se enquadra nos padrões de beleza, ainda que seja competente, será prejudicada por lhe faltar beleza. A beleza, portanto, é um empecilho à autonomia feminina, ao ser construída como um determinante das possibilidades sociais das mulheres.

Devido a isso, as mulheres que almejam tomar parte do mundo público como iguais, sem serem prejudicadas pelo seu gênero, precisam, necessariamente, ser capazes de se dissociar da concepção estigmatizada de que seu único valor é a beleza e que suas conquistas são devidas a ela, ou seus fracassos à falta dela.

Nas falas de Julia, citadas no item anterior sobre sucesso profissional, ela evidencia essa questão: a mulher precisa provar sua competência ainda mais que o homem, pois ela está em desvantagem por ser uma mulher, e, assim, ser considerada menos capaz. Como declara Julia, a mulher é “*testada o tempo todo*”, enquanto no homem as habilidades já são tomadas como “naturais”. E em todos os testes ela deve estar apta pra provar que suas potencialidades não se resumem a sua aparência e que, conseqüentemente, ela não deve ser definida por ela, seja no âmbito profissional, na política, ou na vida social.

Provavelmente, devido ao valor social atribuído à beleza, parte das entrevistadas demonstrou receio a respeito do envelhecimento. “*O que mais eu acho difícil em envelhecer é a pele enrugada. Não tem nada que melhore, pode dar um jeito aqui, um jeito ali, mas sempre aparece. Acho que o que mais me preocupa com a velhice é isso mesmo*”, admite Sônia. Já Thaís, que está entre as mais novas entrevistadas, apontou que todo mundo envelhece, e que não é algo que dê pra esconder. Mesmo assim, ela acredita na importância de cuidar, sem exagero “*eu estou com um problema de rugas na testa, eu já vou passar creme anti-idade, aqueles 25 ou mais*”, declara, aos risos. “*Precisa cuidar, mas eu também acho feio aquelas pessoas com 60 anos e a cara toda esticada*”. Tudo sobre envelhecer é assustador para Luiza, ela afirma ter muito medo de doenças, mas também de como ficará sua aparência.

Tiveram entrevistadas, como Clara e Raissa, que não demonstraram qualquer preocupação. “*Um dia eu tenho que chegar lá mesmo. Eu não tenho esses preconceitos de... ‘ai, to ficando velha, vou fazer isso, aquilo’. Eu não, eu sou sempre desse jeito, né. Nova,*

velha, eu sempre fui assim. Então eu não tenho esses preconceitos de velhice não” disse Raissa, aos risos.

Bruna, por sua vez, diz não saber lidar com a questão do envelhecimento, *“eu queria poder congelar o meu corpo”*. Ela reconhece vantagens no processo, como o ganho de maturidade e sabedoria, contudo, em questão de aparência, o envelhecimento seria uma degradação, *“ladeira abaixo”*. Por ser uma pessoa muito vaidosa, ela admite não conseguir lidar com o envelhecimento de maneira natural e já prevê que será um processo muito sofrido: *“tem que aceitar porque não tem jeito, mas se eu pudesse não seria assim”*.

Sobre essa questão, resume Wolf: *“Aos nossos olhos, o envelhecimento feminino é um defeito, enquanto o masculino indica personalidade. Isso porque a função feminina é decorativa, logo, seu ápice é na juventude”*. (Wolf, 1990, p. 122)

Enquanto para os homens o envelhecimento é valorizado socialmente como um indício de maturidade e sabedoria, ele significa, para as mulheres, uma perda de valor, por ser, sobretudo, uma deterioração física. Para os homens, o envelhecimento promove ganhos em alguns aspectos, para as mulheres, segundo Wolf, são apenas perdas. Por ter seu valor social atrelado tão intimamente à sua beleza física, torna-se fundamental para algumas mulheres retardar, a qualquer custo, o seu envelhecimento⁸. Numa tentativa de, assim, manter-se estimada por mais tempo.

Além do aspecto pessoal, da autopercepção, a beleza está relacionada à aceitação social. A maior parte das entrevistadas afirmou se apoiar em sua aparência para causar uma boa impressão, recorrendo à maquiagem, cuidados específicos com o cabelo e roupas especiais em ocasiões de maior contato social.

“Eu não tenho essa preocupação de ficar melhor em uma festa, ou algo especial, mas porque eu nunca saio desarrumada. Nunca. A minha maquiagem é leve, sempre a mesma coisa”, afirma Ana. Quando quer impressionar, o principal é arrumar o cabelo no salão e passar um batom. Sobre sair de casa sem se preparar, ela assegura: *“não saio”*. Luiza também nega a possibilidade: *“não saio de jeito nenhum, tenho que me arrumar primeiro”*.

⁸ Na questão do envelhecimento feminino insere-se mais uma forma de o mercado de beleza multiplicar seus lucros. Aponta Wolf (1991) que os anúncios dirigidos às mulheres maduras, em geral, apelam à culpa dessas mulheres: *“dizem eles que a única responsabilidade moral pelo seu envelhecimento ou pela sua silhueta está em suas próprias mãos”* (Wolf, 1991, p. 25). Dessa forma, para retardar esse processo devastador, elas consomem avidamente os produtos ofertados, na esperança de eles serem uma solução milagrosa ao processo natural do envelhecer.

Perguntada sobre encontros com desconhecidos ela aponta “*a aparência, no primeiro encontro, é o que manda. Eu me arrumo mais*”.

Percebemos que essa interpretação não tem viés de idade ou escolaridade quando observamos as respostas de Thaís (universitária de 23 anos) e Denise (68 anos, ensino médio incompleto). Perguntada sobre os preparos para um evento social Thaís diz:

“Eu passo uma maquiagem, arrumo o cabelo, faço uma escova, uma chapinha... umas pontas enroladas. Mas, assim só de passar uma maquiagem, assim, pra mim, é muito. Porque no dia a dia eu só passo um rímel e um pó pra tirar a olheira. Mas quando eu tenho que sair eu passo um blush assim, um negócio melhor.”

Sobre a importância da aparência, Thaís resume: “*É importante pra passar uma boa impressão pras outras pessoas. Quando eu já conheço uma pessoa há muito tempo eu posso andar que nem uma mendiga. Mas pra causar uma boa impressão é importante ter uma boa aparência*”. Denise pensa de forma similar, ela repete a máxima de que “*a primeira impressão é a que fica*”. Para ela, é muito importante que você mostre para um novo conhecido a melhor versão de si: “*a aparência é tudo da pessoa, principalmente se você vai ver a pessoa pela primeira vez. Acho que se você vai desarrumada dá uma impressão ruim. Se você chega desarrumada a pessoa vai achar que você é sempre assim*”.

Bruna acredita que a aparência deve ser moldada de acordo com o meio, que existe um padrão de vestimenta para cada ocasião “*padrão e estilo são coisas diferentes, padrão é necessário pra nada destoar*”. Ainda assim deve haver o cuidado para não “*cair na vala dos comuns*”. A aparência deve ser usada para provocar o olhar das outras pessoas, para te destacar. “*Acontece sim das pessoas aproximarem de você pelo que você é, mas isso é mais difícil. Não adianta ser hipócrita, as pessoas se aproximam de você pelo que você parece ser, pelo que você mostra*”. Para ela, a aparência é fundamental, porque você deve se apresentar de forma a agradar as outras pessoas, o primeiro contato seria sempre o externo. Sobre a preocupação com a beleza em novos encontros ela diz: “*não é criar uma máscara, mas quando você está em função de agradar a outra pessoa, você tem um pouco mais de cuidado. Não que aquilo ali não seja você, é também, mas você se polícia para mostrar mais o lado bom*”.

A explicação de Bruna sobre a importância de uma boa aparência traduz os pensamentos de teóricas tratadas nesse trabalho, como Dworkin, MacKinnon e Jeffreys. A função da beleza feminina é oferecer ao outro (masculino) o que ele deseja ver, com base nessa função é construída a submissão. De Beauvoir (1949) também aponta que desde a

infância, com os cuidados com as bonecas, à mulher é ensinado o valor de sua beleza, em detrimento do seu interior. O feminino é colocado como objeto de encantamento do masculino. Bruna afirma de forma categórica que as mulheres se arrumam pra si, mas, principalmente, para os outros:

“Porque eu quero estar bonita? Pra me olhar no espelho todos os dias e ver que eu sou bonita? Não, eu quero que me olhem e me achem bonita. A gente vive pros outros sim. Você se apresenta da maneira que você quer que as pessoas enxerguem você. A sociedade é assim, a gente se preocupa com o que os outros pensam da gente”.

Clara foi a entrevistada com a percepção mais distinta sobre o assunto. Para ela, os cuidados com a aparência só se tornam uma preocupação em encontros profissionais, pelo fato de ela ser uma cabeleireira, deve emitir uma imagem condizente com a esperada pelos seus clientes. Na sua vida pessoal a aparência é importante para transmitir personalidade, não importando qual vai ser a impressão dos outros: *“eu me arrumo pra chocar, aquilo que ninguém espera. Procuo fazer algo inesperado mesmo, fora dos padrões”.*

Julia comenta que, com a idade ela se tornou mais confiante consigo. Ela concorda que é necessário *“estar vestida de acordo com o papel da situação”*, mas não pensa na aparência como fator para causar uma boa impressão. Para ela, o que deve se sobressair em alguém não é aparência, mas a personalidade e a autenticidade. *“Fisicamente, acho que, se a gente olhar, todo mundo é bonito”*, ela alega.

3.3.4. O Sentido da Opressão

Os cuidados femininos com a beleza são opressivos na medida em que eles não correspondem a uma escolha. Pelo contrário, definem uma referência “natural” que serve para caracterizar desvios: segui-los ou não representa, assim, ônus para as mulheres. Diferente dos homens, a preocupação das mulheres com a aparência não é movida apenas por um desejo de agradar o sexo oposto, uma resposta aos incentivos do mercado, ou por uma preferência pessoal de se “sentir bem” através desses cuidados. Como foi discutido durante toda a revisão teórica e neste capítulo, em um sistema de dominação masculina, a supervalorização da beleza feminina é uma forma de reiterar a subordinação das mulheres.

Seria arbitrário asseverar que não existe agência feminina ou negar que a preferência de algumas mulheres pelos cuidados estéticos seja autônoma, em alguma medida⁹. Como já exposto, em um contexto opressivo e de escolhas restritas, nenhuma decisão tomada é completamente autônoma. Por isso, é importante a análise de percepções femininas sobre os cuidados com a beleza sob a ótica da internalização da opressão.

Através dos trechos de entrevistas abordados neste item, fica evidente que a formação do “gosto” feminino por cuidar da aparência, está associada à exigência do poder masculino de que as mulheres sejam objetos cuja função é despertar o desejo masculino.

Um dos aspectos que confere complexidade ao entendimento de beleza como instrumento de controle é o senso comum de que a preocupação com a beleza é uma característica natural do gênero feminino e um aspecto fundamental da constituição social da feminilidade. Essas percepções, verificadas em algumas entrevistas, contribuem para a naturalização dos padrões opressivos.

Mais de uma das entrevistadas fez referência à vaidade feminina. Para essas, a preocupação com a beleza seria um atributo constitutivo da natureza de muitas mulheres e não fruto de cobranças externas. Nas palavras de Marina: “*isso já é da mulher, de se arrumar. Homem não tem isso*”. Thaís desenvolve pensamento similar:

“Acho que a mulher quer se cobrar, ela quer estar bonita. Acho que o homem, como ele já não tem essa vaidade, ele não se importa. A mulher tem vaidade ‘ai eu tenho que estar bonita’ (...). Um homem olha pra uma mulher e ele não vai notar a maquiagem, tem muito homem que prefere a mulher de rosto lavado. Mas eu acho que a mulher se cobra”.

Na interpretação de Bruna, o que distingue a relação de homens e mulheres com as práticas de beleza é a vaidade: “*o homem não é tão vaidoso quanto a mulher, até porque ele não precisa de tanto detalhe quanto a mulher (...). A mulher tem que, no mínimo, fazer a unha, se depilar e fazer a sobrancelha*”. Além disso, ela afirma que existe um empecilho para os homens: o preconceito, consequência, segundo ela, da persistência do machismo em nossa sociedade. Sobre a pressão para cuidar da aparência, ela diz que nunca foi necessária “*eu já sou o extremo da cobrança*”.

⁹ Como abordado no Capítulo 1 deste trabalho, a agência é sempre imperfeita. Toda ação individual sofre algum tipo de influência externa, determinada pela posição social do indivíduo. A questão, como coloca Biroli (2013), é que a agência feminina é “desigualmente imperfeita”. Certas práticas sociais, como as práticas de beleza, estão associadas e são reflexo da posição desigual que as mulheres ocupam na hierarquia de gêneros, tendo implicação direta sobre a mudança dessa situação. Essas práticas implicam na manutenção da subordinação feminina, por isso, devem ser questionadas.

Thaís tocou em outra questão que foi comum a algumas entrevistas: a percepção de que as mulheres se arrumam para outras mulheres. Questionada sobre isso ela diz, aos risos, “*eu me arrumo pra mim, para os homens, mas, principalmente, pras inimigas*”. Luiza concorda “*acho que a gente pensa mais em se arrumar para as outras mulheres, né?*”. E completa: “*você sai e já fica olhando se tem uma mulher mais arrumada, mais bonita, você já nota logo. O homem não se preocupa muito. A cobrança vem das outras mulheres, não dos homens*”.

Na visão da maior parte das entrevistadas, a pressão social para que as mulheres sejam cuidadosas com a sua aparência não vem de uma fonte masculina, mas de outras mulheres. Nas palavras de Ana: “*a própria mulher cobra muito mais das outras mulheres. As próprias mulheres cobram muito mais entre si do que dos homens*”.

Para essas, seriam as mulheres e não os homens que se preocupariam em julgar a beleza umas das outras, porque os cuidados com a beleza seriam um tópico feminino. Mesmo no âmbito familiar, quando houve alguma referência à uma pressão para se arrumar vinda de dentro de casa, foram citadas nas entrevistas mães, irmãs e filhas, nunca figuras masculinas. Com isso, sendo identificado algum tipo de opressão, ele estaria dentro do próprio grupo de mulheres, não sendo imposta por um grupo opressor em um grupo oprimido.

Na obra “O Mito da Beleza” (1991) Wolf desenvolve uma explicação que pode ser adaptada a essa questão. De acordo com a sua interpretação, um dos mecanismos de ação do controle por meio dos dispositivos da beleza seria tornar cada mulher uma potencial concorrente da outra. Minando, assim, as forças de uma união de mulheres contra o domínio masculino. Como, em última instância, o objetivo de cada mulher (construído socialmente) é despertar o interesse masculino, e esse interesse é despertado através da aparência, as mulheres são condicionadas a tratar umas as outras como concorrentes. Competindo pelo prêmio final, o homem.

O comportamento de julgar umas as outras é difundido: Marina fala sobre observar cada detalhe de uma mulher, Thaís diz que se importa principalmente se um homem é legal. E uma mulher? “*Eu faço um scanner geral, de cara*”.

Dessa forma, as mulheres aprendem a julgar milimetricamente umas as outras, examinando todo o potencial de suas, como diz Thaís, *inimigas*. Desde cedo elas aprendem que é a elas que devem impressionar, como forma de intimidação, mas também porque são elas que parecem reconhecer os esforços com a aparência. Contudo, como retratam as

entrevistas, as mulheres não tem a percepção dos mecanismos por trás disso. Esse é um exemplo claro da internalização da opressão, conseqüente da socialização em uma hierarquia de gênero: o homem é eximido de qualquer culpa, porque, ao final, quando a pressão não é auto infligida, ela o é por outras mulheres, as concorrentes pela melhor aparência.

Partindo de uma posição social subordinada, as mulheres, por vezes, introjetam valores associados ao gênero feminino que são definidos de modo limitador pelo grupo dominante. Ao fixar um comportamento típico esperado, estabelece-se a aparência apropriada para esse comportamento, restringindo as mulheres à vivências pré-determinadas a seu papel de gênero. Muitas mulheres internalizam conceitos de feminilidade que, mesmo involuntariamente, podam a liberdade delas mesmas e de seu grupo. É o sujeito se constituindo pela sua sujeição.

Três entrevistadas fizeram referências diretas a modelos comportamentais de mulheres. Para Luiza, toda mulher deveria se arrumar: *“Se é uma mulher que anda mais mal arrumada, que não tem essa preocupação... não tem nada a ver, né... Mas eu acho que a mulher tem que pensar na beleza, que todas deviam se arrumar”*. As práticas de beleza, portanto, aparecem como constituintes do “ser mulher”.

Tanto Denise quanto Bruna fizeram referência a certos conceitos, em suas entrevistas, que vão de encontro com a visão teórica de Wolf (1991): o objetivo por trás dos padrões de beleza feminina não é definir um modelo de aparência, mas sim de comportamento. É por meio da disposição à obediência de padrões impostos que o controle sobre a mulher se instala.

Durante sua entrevista, Bruna apontou que o mais importante em uma mulher é saber se posicionar: *“o que limita a mulher... hoje em dia, a mulher peca pelo comportamento, não pela beleza”*. Não basta, para o sistema de dominação masculina, uma mulher que tenha a aparência ideal, se ela não tiver a postura adequada. É o comportamento que possibilita que a mulher se “encaixe” no mundo dos homens, mais que a sua beleza. Bruna atesta que a beleza facilita a vida de uma mulher, *“o que limita é o comportamento. A sua postura, o jeito que você se veste, como você fala. Aí isso causa a impressão de você ser uma pessoa vulgar, ou não, de você ser uma pessoa inteligente, ou não”*.

Denise expôs um posicionamento sobre o comportamento feminino que pode ser atribuído à sua geração e história de vida (ela é viúva de um Coronel do Exército), que exigiam que a mulher fosse uma figurante na vida social. Contudo, é evidente que esses valores não foram completamente ultrapassados. Para ela, uma mulher precisa ser, acima de

tudo, discreta: *“não precisa ser santa. Tem que ser discreta, elegante, falar baixo. Não chamar a atenção por esses quesitos”*.

Sônia demonstrou enxergar os modelos de comportamentos femininos de forma mais crítica. Ela aponta que mais que a aparência, o que é cobrado em uma mulher é o seu jeito de agir. Para Sônia as mulheres não podem ter um comportamento exagerado, sem serem julgadas. Ela toma como exemplo as *“piriguetes”*:

“A mulher piriguite é mais cobrada. Não por ser piriguite, mas por ser mais extrovertida, por ser mais alegre. Acho que nessa parte aí, devia ser menos alegre. Muita gente fala ‘nossa, olha essa mulher, fulana fica com os dentes de fora, só fica rindo.’ Como se mulher tivesse que ser sempre séria”.

Sônia foi a entrevistada com a escolaridade mais baixa desta pesquisa, mesmo assim, ela mostrou grande sensibilidade para perceber certos padrões de opressão. Disso, podemos interpretar que a compreensão das desigualdades de gênero pode estar mais associada às experiências de vida do que aos anos de estudo. Nessa última fala, ela foi capaz de colocar de forma simples a imposição do recato, da docilização às mulheres. Como foi trazido também pela fala de Denise e Bruna, o comportamento esperado da mulher é um comportamento comedido. A *“piriguite”*, a mulher que não atende essa expectativa, seria, por consequência, marcada com um estigma social. Julgada de forma negativa pela sociedade, incluindo aquelas mulheres que não ousaram se desviar dos padrões de comportamento.

Em outro ponto da entrevista, Sônia aponta que, por vezes, as mulheres são prejudicadas por sua aparência: *“aquela que é gordinha, que veste aquelas roupas que não ficam muito bem; chega uma mais magrinha, com o corpinho mais bem arrumadinho, com o cabelo mais bem arrumadinho, ela tem mais chance do que a outra”*. Ao ser questionada sobre a diferença entre homens e mulheres nesse aspecto, ela alega que: *“mulher é mais um objeto, que as pessoas olham mais”*; *“o homem coloca uma bermuda e uma camiseta e está bem. E a mulher tem que ser muito mais”*.

Com essas frases Sônia é capaz de relacionar objetificação e controle por meio dos dispositivos de beleza. Em uma supremacia masculina a função das mulheres é ser um objeto para a satisfação dos homens. Sendo um objeto, sua forma é fundamental, e deve corresponder a sua função: a aparência das mulheres deve despertar o desejo masculino. A desigualdade entre os gêneros é explicitada quando aos homens é oferecida a liberdade de escolha: os homens podem ter a aparência que bem entenderem, sem serem julgados por isso; mulheres não. Essa constatação é uma prova de a quem o domínio do mundo pertence

Durante a entrevista, Clara tocou diversas vezes na questão dos padrões de beleza, que, segundo ela, incidem principalmente sobre as mulheres. Clara possui uma aparência “não convencional”; cansada de sentir calor, ela raspou os cabelos. Contudo, ela admite sofrer com pressão, por parte de sua família, para ser mais feminina e se enquadrar no conceito social de beleza: “*eu meio que fujo um pouco desses padrões sociais. Então rola uma pressão da família... Minha família gosta de uma imagem mais conservadora, mais tradicional. E aí tem essa expectativa deles que um dia isso aconteça...*”.

Clara possui a experiência pessoal de ser uma mulher, como as “*piriguetes*” citadas por Sônia, que foge do que é socialmente esperado. Se orgulhando de fazê-lo. Em outra parte da entrevista, como foi mencionado antes neste capítulo, ela coloca que o seu objetivo é mesmo chocar com sua aparência. Ainda assim, ela demonstra que não é fácil ser assim. Foi uma escolha voluntária não se conformar com as expectativas, em troca, ela tem que aceitar as consequências de se desviar de um padrão tão enraizado. Por onde passa ela é medida dos pés a cabeça. Existe um preço imposto às mulheres enquadradas nos padrões sociais, o controle, mas também existe um preço àquelas “desviantes”, elas são tratadas como tal.

Para finalizar a entrevista, foi abordada justamente a percepção das entrevistadas sobre mulheres, como Clara, que não correspondem aos padrões de beleza socialmente estabelecidos, seja por escolha, ou não.

Os padrões de beleza ditam o ideal físico do momento. De acordo com Wolf (1991), eles sempre existiram, mas é a mulher moderna que mais sofre com isso. Através, principalmente, dos meios de comunicação de massa, as mulheres se deparam e se comparam (e são comparadas) a todo o instante com as imagens e conceitos de quais seriam as características físicas ideais.

Julia foi a entrevistada que mais se afastou do que a abordagem teórica dispôs sobre a objetificação feminina e o controle das mulheres por meio dos dispositivos de beleza. Por ocupar uma posição profissional elevada e possuir um nível de escolaridade distante da realidade média brasileira (pós-graduação), ela não demonstrou durante as entrevistas sofrer diretamente com a discriminação de gênero. Porém, quando perguntada sobre como são tratadas as mulheres que não correspondem aos padrões de beleza, ela foi categórica: “*fora do ambiente de trabalho elas são invisíveis*”.

A partir dessa resposta, seria coerente afirmar que quando valorizadas por suas capacidades profissionais, as mulheres não precisam se apoiar em sua beleza. Porém, em

outras esferas sociais, e mesmo em algumas profissões, a beleza continua sendo uma exigência posta às mulheres.

Alega Clara que as mulheres que não se enquadram nesses padrões são *“disfarçadamente excluídas de algumas coisas”*. Para ela, existem condições para ser aceita socialmente em termos de beleza: *“pra sociedade, é padrãozinho estético mesmo, é você ter um corpo perfeito, que mostra saúde, que mostra uma disposição física e tal”*.

Muitas das entrevistadas trataram da questão do preconceito, de que existe uma forma de discriminação às mulheres que não estão dentro do que é socialmente definido como bonito. A entrevistada Luiza atesta que as mulheres fora do padrão *“não são bem vistas”*. Ela não soube dizer como são tratadas essas mulheres, mas salientou que elas não são consideradas da mesma forma que uma mulher com a aparência em conformidade com esses padrões. *“Acho que tem aquela coisa, alguém te olha e você é tratada como uma gordinha. Acredito que não seja nem uma coisa de tratar mal... Não é tratada como a que não é gordinha... Tem diferença no tratamento”*.

Duas entrevistadas deram exemplos práticos, de situações em que foram testemunhas dessa discriminação. Sônia contou que não é raro perceber o tratamento diferenciado que as mulheres recebem devido à sua aparência, em situações cotidianas. Ela aponta que é comum que os motoristas de ônibus parem ou deixem de parar nos pontos de ônibus de acordo com a aparência das mulheres que estão solicitando o transporte: *“você está dentro do ônibus, ai tem uma coitadinha lá que está meio acabadinha, ai ela tá lá e eles passam direto, vão embora. Ai tem uma bonitona, de shortinho, ‘eita, essa daí não posso deixar não, tenho que levar’, diz o condutor. A beleza, nessa questão, sobressai”*. Sônia conta que ela mesma é incomodada por outros devido a sua forma física: *“eu não me acho tão gorda, também não me acho magra, mas as pessoas já cobraram muito de mim por causa disso: ‘tem que emagrecer, fechar a boca’”*. *“Quando você ouve uma pessoa te chamar de gordinha, falar alguma coisa assim, mexe com você muito”*, admite.

Raissa, por sua vez, tratou da exigência de uma boa aparência em certas profissões, comentando dois casos durante a entrevista. Primeiro, foi o relato de sua filha, que ao subir de posto do emprego em uma padaria foi advertida de que sua aparência deveria se adequar à sua nova posição profissional. Foi colocada como condição para que ela mantivesse o emprego que os cuidados com a sua aparência acompanhassem a ascensão. Raissa testemunhou também uma situação em que uma mulher perdeu o emprego por não ter uma aparência

considerada “agradável”: “*A gente era balconista, então a aparência dela... diz (o patrão, como justificativa da demissão) que afastava cliente e tudo*”.

Bruna concordou que as mulheres que não estão dentro dos padrões determinados pela sociedade são tratadas de forma diferenciada. Ela assegura que a mulher que está dentro dos “*critérios de beleza*” é capaz de contornar certas situações graças a sua aparência, o que não acontece com as mulheres que estão fora deles. Segundo ela: “*you tem que ter a inteligência de usar isso ao seu favor, na hora certa, no momento certo e com o comportamento certo*”.

Vale observar que diante de padrões como esses, a ideia de que as mulheres podem “usá-los” a seu favor ganha pouca força. Os limites e estratégias estão contidos dentro de um modo de construir o feminino que representa pressões, que vai em direção à homogeneização e à normalização, e não à autonomia individual. A beleza, enquadrada em padrões sociais, não é um instrumento de empoderamento feminino, mas, ao contrário, um mecanismo de controle do grupo dominante sobre o grupo oprimido.

3.4. Conclusão

As entrevistas colaboram para evidenciar que as práticas de beleza possuem um papel central na vida das mulheres entrevistadas, independente de suas posições sociais – raça, escolaridade e idade. Muitas experiências citadas durante as entrevistas demonstraram o caráter opressor dessas práticas. Poucas vezes foi verificada efetiva liberdade na relação das mulheres com as mesmas. Aquelas que mostraram, de alguma forma, estar fora do alcance desse controle, evidenciaram que essa condição não é conquistada naturalmente.

A conclusão a que se chegou, ouvindo essas mulheres, após a revisão bibliográfica, é consoante com a visão de Jeffreys (2005): as práticas de beleza são, sobretudo, um benefício à condição política masculina, pois são a afirmação de sua dominação. Percebe-se que a escolha efetivamente autônoma não está associada a aderir aos padrões de beleza feminina de forma automática, mas sim questioná-los e enfrentá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu colaborar com a produção de estudos de gênero no âmbito da Ciência Política brasileira, compreendendo-se que essa ainda é uma área pouco explorada, mas indispensável aos estudos sobre Democracia. Espera-se que ao longo do presente trabalho o leitor tenha sido convencido da necessidade de abordarmos a questão das práticas de beleza femininas a partir de uma perspectiva crítica. Entende-se que é o questionamento das estruturas de opressão que torna possível a superação das desigualdades.

A intenção deste trabalho não foi deslegitimar por completo as práticas de beleza, pois o apreço pela aparência é traço constitutivo das sociedades modernas. Buscou-se, ao longo deste, demonstrar, sobretudo, que o problema está na relação desigual que os gêneros estabelecem com essas práticas, assim como a desigualdade nas implicações das mesmas para a construção social dos gêneros.

Não seria coerente afirmar que as escolhas dos homens são completamente livres de influências. Como visto no primeiro capítulo, a autonomia é sempre imperfeita. Contudo, as pressões que os homens sofrem durante as suas tomadas de decisões são provenientes de fontes distintas das que constroem as mulheres. No caso das práticas de beleza, os homens também respondem a estímulos externos, do mercado e da mídia, por exemplo.

De forma similar, as implicações que essas pressões têm sobre a construção da individualidade masculina diferem das pressões sobre a individualidade feminina. O que distingue a associação entre mulheres e essas práticas é que, no caso feminino, ela é um traço significativo da internalização da opressão de gênero, ao se consolidar socialmente como aspecto naturalmente constitutivo da feminilidade. Em um sistema de dominação masculina, quando uma mulher se engaja em uma prática de beleza ela está, simultaneamente, assinalando a sua subordinação.

Como exposto ao longo da revisão bibliográfica e da análise dos discursos, nas sociedades Ocidentais, marcadas pela hierarquização de gêneros, as mulheres são valorizadas, sobretudo, por suas aparências. As práticas de beleza femininas, nesse contexto, são resultado da posição subalterna feminina: os ganhos em termos de ocupação do espaço público são contrabalanceados pela obrigação de as mulheres reafirmarem constantemente a sua função decorativa, mesmo (ou principalmente) nesses espaços. O papel social do homem é definido pelo seu conteúdo, o da mulher, pela sua forma.

Em uma supremacia masculina, no termo utilizado por MacKinnon, a preocupação das mulheres com a aparência adquire um caráter de obrigatoriedade. Como visto nos relatos concedidos nas entrevistas, as sanções sociais impostas às mulheres que não correspondem às expectativas sociais (ou seja, não se enquadram nos padrões de beleza ou comportamentos esperados), são concretas, elas são escancaradamente discriminadas, com base em suas aparências. A aceitação social das mulheres está solidamente atrelada à sua beleza.

Como mencionado anteriormente, de acordo com Wolf (1991), a função primordial dos padrões de beleza feminina não é prescrever uma aparência ideal, mas sim uma forma de comportamento desejável: a obediência. A importância das práticas de beleza está no fato de que, a partir delas, as mulheres se dispõem “livremente”¹⁰ à dominação masculina.

Conforme as teorias abordadas até aqui, ao engajar-se em uma prática de beleza, a mulher está conformando a sua imagem com um padrão social de aparência que foi definido a partir da perspectiva do grupo dominante, do homem. Dessa forma, ela está permitindo que a sua vida seja ditada por esse grupo, ou seja, está aceitando sua posição de grupo subalterno.

Os padrões de beleza feminina não são inteiramente definidos por mulheres, ainda que sejam elas quem os sigam. Essa é mais uma marca da hierarquização de gêneros. Enquanto os homens são sujeitos de suas vidas, vivendo a partir de suas conceituações, as mulheres são objetos, vivendo em um mundo criado por outro grupo e para outro grupo. Nessa conjuntura, diferente dos homens, as mulheres não são constituídas socialmente como sujeitos para si, mas para o outro, fornecendo o que o outro exige delas: a obediência e a beleza – a imagem das mulheres deve despertar o desejo e satisfazer o prazer de seu opressor.

A partir dessas práticas, as mulheres se adéquam a um padrão que foi imposto como estratégia para retardar o avanço feminino no mundo público. E se colocam como indivíduos secundários, que vivem para agradar o grupo dominante. De acordo com Jeffreys (2005), as práticas de beleza são, nas sociedades Ocidentais, a evidência mais publicamente visível da diferenciação entre os gêneros e da subordinação feminina. A autora declara:

As mulheres são requeridas a praticar a feminilidade a fim de criar a diferença/deferência sexual. Mas a diferença é de poder, e a feminilidade é o

¹⁰ Como foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho. A autonomia individual é sempre imperfeita (Biroli, 2013), os processos de formação de preferências sempre sofrem, em alguma medida, algum tipo de constrangimento. No caso das mulheres, a tomada de decisões é em muito determinada pela sua posição social subordinada. Em uma hierarquia de gêneros, quando as mulheres engajam, por exemplo, em práticas de beleza, essa escolha não deve ser tomada como efetivamente autônoma, mas como consequência de um horizonte de opções restritas. O apreço das mulheres por essas práticas, como visto até aqui, se deve mais à internalização de padrões opressivos que ao exercício de autodeterminação.

comportamento exigido da classe subordinada das mulheres, a fim de mostrar a sua deferência para com a classe dominante de homens. (Jeffreys, 2005, p. 24).

De acordo com Jeffreys (2005), as práticas de beleza se tornariam inofensivas quando a diferença/ deferência entre os gêneros não fosse mais demarcada com base na aparência. Quando, assim como é com os homens, as mulheres dispusessem da opção de decidir sobre suas aparências, quando o seu valor social fosse constituído de outros aspectos que não só o físico. De forma que escolher não se conformar aos padrões de beleza, não significasse uma perda em termos de valor social.

As mulheres estariam livres do controle por meio das práticas de beleza no dia em que a depilação não fosse interpretada como uma questão de “higiene” apenas aplicada à elas. Quando não fosse necessário que as mulheres se escondessem por trás da maquiagem para serem aceitas socialmente, enquanto os homens repudiam a ideia de realizar qualquer uma dessas práticas, com o receio de se feminilizar- que nada mais é assumir traços de um grupo social considerado inferior.

Isso porque, ao mesmo tempo em que é cobrado das mulheres que sempre se aperfeiçoem em termos de aparência, como se o natural nunca fosse bom o suficiente, as práticas de beleza feminina são enxergadas, pelo sexo dominante, como futilidades, atividades de um grupo subalterno, cuja preocupação, ironicamente, é agradar um mundo social construído a partir e para os homens. Como atesta Pateman (1993), a diferença sexual é uma diferença política, entre liberdade e sujeição, é a partir dela que são estruturadas a sociedade e as vidas cotidianas.

A preocupação com a aparência seria definidora da diferença entre os gêneros porque através dela as mulheres aprenderiam a se comportar como subordinadas, e os homens afirmariam sua posição superior. De acordo com Jeffreys (2005) uma prática que é exigida unicamente de uma classe sexual (a reprimida), deve ser examinada por sua função política na manutenção da dominação masculina. A cobrança com a aparência se constrói de forma desigual, por isso é opressiva. É o gênero em desvantagem que tem que agradar o gênero em vantagem, através de sua forma, não o contrário. É o objeto que vive em função do sujeito, o sujeito vive em função de si.

Considerando tudo o que foi discutido neste trabalho, é possível afirmar, mais uma vez, que as práticas de beleza feminina foram construídas socialmente de forma a afirmar hierarquias de gênero que são desvantajosas para as mulheres.. Por isso é fundamental que

essa questão seja analisada como uma questão política, uma estratégia de manter as relações de poder entre os gêneros, propositalmente, desiguais. A análise das práticas de beleza feminina torna evidente como as relações cotidianas são permeadas por formas hierárquicas de construção do gênero. Elas remetem a falhas estruturais em um sistema democrático, ainda que nem sempre sejam reconhecidas como políticas.

Acredita-se na necessidade de se construir relações mais igualitárias e justas entre os gêneros. De forma que as mulheres, estando em pé de igualdade social com os homens, possuam, como eles, capacidade mais autônoma de escolha. Que, diferentemente de como acontece hoje, as opções de vida femininas não sejam ditadas pela sua condição de subordinadas à dominação das instituições masculinas. Como aponta Wolf (1991), o problema não está nos cuidados de beleza em si, mas no fato de eles serem uma obrigação para as mulheres (e apenas para elas) e não um exercício de liberdade. Enquanto a equidade não se concretiza, escolhas mais autônomas parecem apontar na direção de uma recusa aos padrões de beleza feminina, ao seu enfrentamento, e não de uma adesão automática aos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTKY, Sandra-lee. **Femininity and Domination: Studies in the Phenomenology of Oppression**. Nova York: Routledge, 1990.
- BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 7-38, Dec. 2012.
- _____. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. São Paulo: Horizonte, 2013.
- BORDO, Susan. **The Male Body**. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: MarcoZero, 1983.
- DE BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1949].
- DWORKIN, Andrea. **Woman Hating**. Nova York: E.P. Dutton, 1974.
- _____. **Pornography: Men Possessing Women**, Nova York: E.P. Dutton, 1989.
- ELSTER, Jon. **Sour Grapes: Studies in the Subversion of Rationality**, Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- HIRATA, Helena; KÉRGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual de trabalho. **Cadernos de pesquisa**. Vol. 37, n. 132, pp. 595-609, set/dez 2007.
- HOOKS, bell. **Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black**, Boston: South End Press. 1989.
- JEFFREYS, Sheila. **Beauty and Misogyny: Harmful cultural practices in the West**. Nova York: Routledge, 2005.
- MACKINNON, Catharine. **Feminism Unmodified**. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard University Press, 1987.
- _____. **Towards a Feminist Theory of the State**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press: 1989

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

NUSSBAUM, Martha. Objectification. **Philosophy and Public Affairs**. Volume 24, p. 249–291, outono, 1995.

OKIN, Susan Moller. **Justice, gender, and the family**. Nova York: Basic Books. 1989

_____. O multiculturalismo é ruim para as mulheres? **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 4, p. 355-374, julho-dezembro de 2010.

PAPADAKI, Evangelia, Feminist Perspectives on Objectification, **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/sum2014/entries/feminism-objectification/> Acesso em setembro de 2014.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 6, Dez. 2011.

_____. **Multiculturalism without Culture**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2007.

SUNSTEIN, Cass R. Preferências e política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília n. 1, p. 219-254. 2009 [1991]

WOLF, Naomi. **The beauty myth: how images of beauty are used against women**. New York: Harper Perennial. 2002 [1991].

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, nº 67, p. 139-190, 2006

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Nome:

Autodeclaração de raça:

Idade:

Ocupação:

Escolaridade:

Bairro (região da cidade) em que mora:

Como está internalizado o controle por meio dos dispositivos de beleza feminina

1. Você costuma comprar produtos de beleza (cabelos, maquiagem, cosméticos)? Com que frequência?
2. Quantas horas por semana você diria que gasta com cuidados com beleza?
3. Você já fez tratamentos estéticos? E dieta?
4. Você se sente confortável em sair de casa de “cara lavada” e cabelo molhado?
5. Quando você tem um evento social (culto na igreja, festa, reunião, encontro) sua preocupação com a aparência aumenta? Como você se arruma nessas ocasiões?
6. Quando você tem um encontro com alguém que você não conhece direito, isso influencia os seus cuidados com a beleza?
7. O que você faz quando quer causar uma boa impressão?
8. O que você mais gosta em você?
9. Qual é a importância da sua aparência para você?
10. Existe alguma relação entre confiança e aparência?
11. A idade te deixou mais ou menos confiante com a sua aparência?

12. Como você se sente sobre envelhecer? Quais são seus maiores medos?
13. Sua aparência e seu estado emocional possuem alguma relação? Cuidados com a beleza possuem alguma influencia no seu humor?
14. Para quem você se arruma?
15. Você vê alguma relação entre beleza e relacionamentos?
16. E entre “se arrumar” e ser vista, entre “se arrumar” e ter a atenção das pessoas?

Como as mulheres percebem a (desigual) cobrança com a aparência

1. As pessoas são cobradas a ter uma boa aparência? E o que é, para você, ter uma boa aparência?
2. A cobrança com a beleza é igual para homens e mulheres?
3. (Em caso de resposta negativa) Porque existe essa diferença?
4. Quais são as características que você sente que mais são cobradas em você? E em mulheres, de forma geral?
5. Você sente algum tipo de pressão pra cuidar da aparência?
6. (Em caso de resposta positiva) De onde você acha que vem essa pressão?
7. Qual é o primeiro aspecto observado em uma mulher? E em um homem?
8. Como mulher, você se sente mais cobrada a ser bonita ou a ser inteligente?
9. Você acha que é igual com os homens?
10. A beleza facilita ou limita a vida das mulheres?
11. Você acha que tem alguma relação entre beleza e sucesso no trabalho (sucesso profissional)? A beleza ajuda ou atrapalha?
12. Essa relação existe para os homens?
13. Como são tratadas as mulheres que não correspondem aos padrões de beleza?